

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ENZO COELHO BRUNELLI

UMA DISCUSSÃO SOBRE A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO ILUMINISTA  
ESCOCÊS SOBRE A OBRA DE ADAM SMITH

UBERLÂNDIA-MG

2023

ENZO COELHO BRUNELLI

UMA DISCUSSÃO SOBRE A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO ILUMINISTA  
ESCOCÊS SOBRE A OBRA DE ADAM SMITH

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Instituto de Economia e Relações  
Internacionais da Universidade Federal de  
Uberlândia como requisito parcial para  
obtenção do título de bacharel em Economia.

Orientador: VICTOR NUNES LEAL CRUZ E SILVA

UBERLÂNDIA-MG

2023

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU  
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

B894 Brunelli, Enzo Coelho, 1998-  
2023 UMA DISCUSSÃO SOBRE A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO  
ILUMINISTA ESCOCÊS SOBRE A OBRA DE ADAM SMITH [recurso  
eletrônico] / Enzo Coelho Brunelli. - 2023.

Orientador: Victor Nunes Leal Cruz e Silva.  
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Uberlândia, Graduação em  
Ciências Econômicas.

Modo de acesso: Internet.

Inclui bibliografia.

1. Economia. I. Silva, Victor Nunes Leal Cruz e, 1991-,  
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia.  
Graduação em Ciências Econômicas. III. Título.

CDU: 330

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:  
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091  
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

ENZO COELHO BRUNELLI

UMA DISCUSSÃO SOBRE A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO ILUMINISTA  
ESCOCÊS SOBRE A OBRA DE ADAM SMITH

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Instituto de Economia e Relações  
Internacionais da Universidade Federal de  
Uberlândia como requisito parcial para  
obtenção do título de bacharel em Economia.

Uberlândia, 2023

Banca Examinadora:

---

Professor Doutor Victor Nunes Leal Cruz e Silva – Presidente (UFPR)

---

Professor Doutor Marcelo Sartorio Loural – Membro (UFU)

---

Professora Doutora Marisa Silva Amaral – Membro (UFU)

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

RN	A Riqueza das Nações
TSM	A Teoria dos Sentimentos Morais
TNH	Tratado sobre a Natureza Humana
IONI	Uma Investigação sobre a Origem de Nossas Ideias de Beleza e Virtude

## RESUMO

Este texto tem como objetivo dar uma visão ampla da atmosfera do Iluminismo Escocês e, ao mesmo tempo, enfatizar os fatores históricos que influenciaram seu clima intelectual. Um esboço da história da Escócia é apresentado no início, juntamente com uma análise dos elementos sociais, políticos e culturais que influenciaram esse período revolucionário. O ambiente intelectual do qual se originaram grandes pensadores como Adam Smith, David Hume, Francis Hutcheson e James Steuart pode ser mais bem apreciado com a compreensão do pano de fundo histórico. Em seguida, após analisar as ideias, as realizações e os argumentos filosóficos de cada um desses indivíduos notáveis, suas teorias morais e econômicas serão examinadas. O crescimento intelectual de Smith foi significativamente influenciado por esses filósofos, o que resultou em sua obra de referência, *A Riqueza das Nações*, que revolucionou a filosofia econômica, bem como cada um desses fatores afetou o desenvolvimento de Adam Smith de suas próprias visões morais e econômicas. Em seguida, após analisar as ideias, realizações e argumentos filosóficos de cada um desses indivíduos notáveis, suas teorias morais e econômicas serão examinadas. As questões históricas e filosóficas críticas serão abordadas dessa forma, criando uma tapeçaria completa que revela o enorme legado do Iluminismo Escocês e seu impacto duradouro na sociedade contemporânea. Dessa forma pode-se entender melhor os fundamentos intelectuais das crenças de Adam Smith e a influência duradoura de seus contemporâneos ao explorar essa era revolucionária. Uma melhor compreensão do impacto mais amplo que esses intelectuais tiveram no mundo como um todo pode ser obtida examinando a maneira como suas ideias interagiram. Suas contribuições são cruciais para a história intelectual da humanidade, pois suas ideias ainda moldam e afetam o pensamento econômico e moral atualmente.

Palavras-chave: História do Pensamento Econômico, Adam Smith, Iluminismo Escocês, Teoria Moral, David Hume, James Steuart.

## **ABSTRACT**

This work aims at giving a broad overview of the atmosphere of the Scottish Enlightenment and, at the same time, to emphasise the historical factors that influenced its intellectual climate. An outline of the history of Scotland is presented at the beginning, together with an analysis of the social, political and cultural elements that influenced this revolutionary period. The intellectual environment from which great thinkers such as Adam Smith, David Hume, Francis Hutcheson and James Steuart originated can be best appreciated by understanding the historical background. Then, after analysing the ideas, achievements and philosophical arguments of each of these remarkable individuals, their moral and economic theories will be examined. Smith's intellectual growth was significantly influenced by these philosophers, which resulted in his landmark work, *The Wealth of Nations*, which revolutionised economic philosophy, as well as how each of these factors affected Adam Smith's development of his own moral and economic views. Then, after analysing the ideas, achievements and philosophical arguments of each of these remarkable individuals, their moral and economic theories will be examined. Critical historical and philosophical issues will be addressed in this way, creating a complete tapestry that reveals the enormous legacy of the Scottish Enlightenment and its lasting impact on contemporary society. In this way one can better understand the intellectual underpinnings of Adam Smith's beliefs and the lasting influence of his contemporaries as they explore this revolutionary era. A better understanding of the wider impact that these intellectuals had on the world as a whole can be gained by examining how their ideas interacted. Their contributions are crucial to the intellectual history of humanity, as their ideas still shape and affect economic and moral thinking today.

**Keywords:** History of Economic Thought, Adam Smith, Scottish Enlightenment, Moral Theory, David Hume, James Steuart.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO 1 – A ESCÓCIA NO SÉCULO XVIII .....</b>	<b>16</b>
1.1 – CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIOECONÔMICO .....	16
1.2 – O ILUMINISMO ESCOCÊS.....	22
<b>CAPÍTULO 2 – O TRIÂNGULO ESCOCÊS.....</b>	<b>30</b>
<b>CAPÍTULO 3 – AS TEORIAS MORAIS E ECONÔMICAS DE ADAM SMITH E DAVID HUME .....</b>	<b>38</b>
3.1 – A TEORIA ECONÔMICA DE HUME.....	45
3.2 – A TEORIA ECONÔMICA DE SMITH .....	51
<b>CAPÍTULO 4 – COMPARAÇÃO ENTRE AS TEORIAS ECONÔMICAS DOS MEMBROS DO TRIÂNGULO .....</b>	<b>58</b>
4.1 – SOBRE SMITH E HUME.....	58
4.2 – SOBRE SMITH E STEUART.....	60
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>62</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>68</b>



## INTRODUÇÃO

Ao examinar o desenvolvimento do pensamento econômico ao longo do tempo, podemos traçar a evolução das principais ideias e teorias econômicas. Isso revela como os conceitos e paradigmas econômicos mudaram, se adaptaram e se influenciaram mutuamente, dando origem às teorias econômicas modernas. O pensamento econômico histórico oferece lições valiosas do passado, esclarecendo como as sociedades enfrentaram e lidaram com os desafios econômicos em vários contextos históricos. O estudo das teorias econômicas do passado fornece insights sobre abordagens bem-sucedidas e malsucedidas dos problemas econômicos, informando nossa tomada de decisões no presente.

Adam Smith, como uma figura proeminente na história do pensamento econômico, tem um papel central na compreensão da economia como uma ciência social. Sua teoria liberal pioneira não apenas apresentou modelos científicos para a compreensão do sistema econômico, mas também desafiou o modelo mercantilista predominante. O trabalho de Smith não apenas ofereceu uma maneira alternativa de organizar as atividades econômicas, mas também criticou os aspectos sociais e morais do sistema mercantilista, que concentrava os poderes de produção e comércio em classes selecionadas.

Portanto, estudar as teorias de Adam Smith é essencial, pois elas desempenharam um papel fundamental na formação do pensamento econômico. O trabalho de Smith não apenas ofereceu um modelo econômico alternativo, mas também questionou a dinâmica de poder da sociedade mercantilista predominante. A compreensão de suas contribuições nos permite entender a evolução das ideias econômicas, apreciar o contexto das teorias econômicas modernas e enriquecer nosso entendimento da economia como uma ciência humana.

Ademais, o estudo da teoria de Adam Smith é importante para que se relembre o legado deixado por Smith, carregado pelas teorias neoliberais, inspiradas parcialmente por Smith, pois ainda por seu estudo pode-se compreender o funcionamento econômico dos séculos XVIII e XIX, mas também os do século XXI, uma vez que, segundo Dow (2021) o argumento epistemológico dominante (baseado em purismo teórico) até a crise financeira de 2007 manteve-se o mesmo, de que o caráter estabilizador dos mercados era a melhor opção técnica. Assim, deve-se utilizar da mesma abordagem realizada por Hume e Smith para reestruturar a ciência econômica não como uma disciplina técnica, isenta de valores, mas sim uma ciência moral. Deve-se lembrar que a teoria moral e econômica é fruto das interações com seus contemporâneos, por exemplo, David Hume, James Steuart e Francis Hutcheson. Também é

fruto da visão de mundo proporcionada pela posição da Escócia como país no século XVIII, e da mesma forma deverá ser realizada tal análise sobre as teorias econômicas e morais dominantes no século XXI.

O objetivo proposto é apresentar evidências de que o ambiente do Iluminismo Escocês, seus pensadores, em especial Hume e Hutcheson, contemporâneos a Smith, influenciaram suas obras de cunho moral e econômico. Assim, a metodologia a ser utilizada durante a pesquisa sobre o impacto, ou influência do pensamento iluminista escocês sobre a teoria de Adam Smith será de âmbito exploratório, de modo a entender de que forma a posição da Escócia como país, em seu contexto socioeconômico e político, as interações com os iluministas escoceses e seus ideais foram influenciadores da teoria moral e econômica smithianas.

O processo de pesquisa será qualitativo, pois visa apresentar uma reconstrução histórica, tomada emprestada da pesquisa em filosofia, para que possa aplicar dito método à pesquisa da história do pensamento econômico e procura explicar o autor por meios que o mesmo tomaria por aceitáveis para a descrição de seu trabalho. O que será realizado por meio de um tripé que envolve a economia, a filosofia e a história que envolvem as origens e o direcionamento da teoria de Smith, portanto, por meio da reconstrução histórica, tecer ou esboçar um contexto que explique, de forma satisfatória, as bases e pressupostos da teoria smithiana. Haja vista que não há como mensurar, em fatores matemáticos, os resultados da influência iluminista sobre Smith, bem como o intuito da pesquisa é demonstrar como o ambiente iluminista escocês atua de forma diferente do que é comumente tomado como iluminismo, pois é necessária a compreensão de que o movimento filosófico como um todo é diferenciado em suas variantes regionais por toda a Europa, agrupando especificidades que influenciam de forma diferente em cada grupo de pensadores.

A pesquisa sobre História do Pensamento Econômico possui certa divergência sobre qual pergunta é a mais coerente ou que melhor prepara o campo para que haja um debate relevante e que possa agregar à historiografia a melhor versão possível sobre o grupo de ideias e propostas do economista dessa forma, deve-se perguntar o que o economista ou o pensador realmente disse, ou deve-se procurar descobrir o que o mesmo intencionava dizer, o que, não necessariamente é equivalente ao que foi dito, ou mesmo, há de se perguntar o que o pensador deveria ter dito. Em todos os casos, nenhuma pergunta trata do mesmo assunto, entre o que foi dito, o que é subentendido e o que poderia ter sido dito há muitas respostas e um quantidade maior de perguntas que podem ser especuladas do pensamento de um grande economista, repousa, às mãos do pesquisador a decisão sob qual dessas perguntas deve ser proposto um

problema e uma hipótese consecutiva para que se possa explicar a teoria e suas postulações (BLAUG, 1990)

Antes de explicar em essência a teoria smithiana é necessário tecer um campo de estudo da própria história do pensamento econômico, sendo, essencialmente, um meio a ser utilizado para que se obtenha um fim desejado, de modo a encadear uma sequência, o método de pesquisa histórica, o contexto histórico-político-socioeconômico da Escócia no século XVIII e por fim como este impacta e influencia o sistema de ideias de Adam Smith, sua teoria moral e econômica.

O que será realizado por meio do emprego da reconstrução histórica, que procura prestar contas ao sistema de pensamento do autor nos termos do mesmo, ou seja, o que os autores aceitariam como a descrição de seus trabalhos. Portanto, para que possa haver um entendimento melhor sobre as ideias e propostas de Adam Smith é necessário que se faça conhecido seu contexto histórico, político e socioeconômico, as interações com seus contemporâneos. A partir de tal postulado, há a necessidade de separar o núcleo duro do Iluminismo Escocês e das partes que compõem a periferia do movimento, sem que haja a perda da linha raciocínio lógico. Pois há um campo comum, segundo Reale e Antiseri (apud CERQUEIRA, 2006, p. 3) às variantes nacionais, sendo estas, a procura pela razão, crítica às superstições e crenças não-explicáveis pelo raciocínio lógico (dogmáticos), a defesa dos direitos humanos, bem como do amálgama ético e religioso dos mesmos, pôr fim a contestação dos privilégios, sobretudo do clero, e da tirania.

Ademais, é importante destacar que o movimento escocês tinha completa consciência de sua própria existência, seus pensadores consideravam-se empenhados em um único e vasto debate, ou seja, um mesmo debate. Bem como a noção de que, embora houvesse a premissa de pensar segundo seus próprios parâmetros, o “ousar pensar”, havia o incentivo a compartilhar tais pensamentos, o que seria apontado por Kant como pré-requisito básico para a progressão do esclarecimento. Dessa forma, ambos os fatos corroboram para que se destaque esse núcleo central que era comum, sem que haja a acusação de anacronismo sobre a mesma postulação (CERQUEIRA, 2006).

O texto de Cerqueira (2006), trata, especificamente da diversidade regional do movimento dos *literati* na Escócia, demonstrando como, embora perdendo seu parlamento, boa parte da nobreza, bem como a independência em relação à Inglaterra, haja vista os Atos de União de 1707, unificando os dois parlamentos sob o domínio inglês, o pequeno país do norte europeu se destacou não apenas na economia política, mas também nas ciências naturais, de

modo não somente a pertencer ao movimento, mas figurar nos altos escalões do mesmo, com uma ampla lista de contribuintes para a ciência. Pois, embora a Escócia tivesse enfrentado tais problemas, logo no início do século XVIII, a maior parte da aristocracia havia permanecido na Escócia, o que garantia ao país uma posição semiautônoma frente à Londres, bem como houve a manutenção das instituições nacionais, como suas universidades, instituições jurídicas, o que garantiu a preservação do patrocínio do movimento (CERQUEIRA, 2006).

Ademais, houve a criação de clubes e sociedades cujas finalidades eram a promoção de debates e um espaço de exposição de ideias. Vale lembrar que os laços que uniam diversos pensadores eram de cunho familiar, amizade, ou de professores e alunos (PAGANELLI, 2015), o que permitia o debate entre os intelectuais, das universidades, da igreja, da aristocracia, da burguesia. Assim, têm-se um campo fértil para que novas ideias, propostas pudessem surgir aliados a elementos como alterações nos sistemas de ensino, com maior valorização das ciências e a liberdade de expressão que auxiliaram na superação das condições econômicas frágeis do país e contribuíram para os melhoramentos nos setores agrícolas e industriais (CERQUEIRA, 2006).

Para tanto houve um sério empenho dos pensadores escoceses, entre eles Smith, em explicar o funcionamento da sociedade, sob um olhar original. Assim, transferem a teoria newtoniana para a filosofia moral, de modo a demonstrar empiricamente as regras que regem a vida em sociedade. O objetivo comum desses pensadores repousava na busca e demonstração de quais eram as ideias basais da moralidade. Esta que, para Smith, não era puramente intrínseca ao homem, tampouco mero artifício para controlar os anseios humanos, concebe-a como um artifício naturalmente criado pelos homens para que possam ocorrer relações sociais, as denominadas convenções sociais, essas, sim, são a base para que exista um conjunto de regras e padrões de conduta moral (CERQUEIRA, 2006)

Por fim, sob o texto, há o destaque dado à retomada da discussão sobre as ligações entre as teorias presentes nas obras *Teoria dos Sentimentos Morais* (TSM) e *Riqueza das Nações* (RN), graças às releituras da teoria moral de Smith sob o escopo dos contemporâneos do autor, desatando “nós teóricos” criados por leituras mecanicistas da obra Smithana, ou seja, ao levar em consideração como a teoria foi concebida, por meio de debates, demonstra que existem formas de entender o pensamento por meio de outros autores. Bem como entender contrastes como o papel da divisão do trabalho, em Hume dada como um princípio social e, em Smith, com notável distinção econômica. À luz da contemporaneidade há como reler as teorias e entender as convergências e divergências entre o que podem ser consideradas como conversas

entre amigos e colegas que acabaram por se tornar grandes teorias de notórios pensadores (CERQUEIRA, 2006).

Para que a importância das argumentações propostas seja entendida, é essencial que haja a noção do prerequisite básico de “pensar com outros” proposto pelos Iluministas, para que não apenas um indivíduo desfrute do esclarecimento, mas também seus pares e a partir desse compartilhamento possam surgir novas ideias, novos debates e postulados que possam melhor atender e avançar o conhecimento humano sobre um dado assunto. Para Paganelli (2015), os *literati* escoceses, não apenas economistas, mas toda um grupo diverso (químicos, poetas, clérigos, advogados, entre outros) do século XVIII que foram ofuscados pela sombra de Smith, não foram apreciados o suficiente devido à notoriedade de seu contemporâneo, embora sejam também, à sua maneira, contribuintes para o movimento. Pois, para os escoceses, Iluminismo significa, além de pensadores independentes, grande sociabilidade, procurado entender o mundo à sua volta sem se curvarem aos dogmas preestabelecidos, acreditando no poder de compartilhar ideias, em essência, “Pense por si mesmo, mas não pense sozinho” (PAGANELLI, 2015)

A capacidade de compreender e discorrer em diversas disciplinas e sobre variados temas é fruto da investigação, do método experimental newtoniano aplicado pelos *literati*, e segundo Turnbull (apud Paganelli, 2015, p. 367), há a necessidade de se investigar a natureza dos fenômenos morais da mesma forma pela qual se investiga os físicos, a partir de tal pressuposto, o homem se torna o objeto de estudo. Sendo assim, o método empírico de inquirição produz um resultado mais profundo sobre a natureza humana e das instituições que são criadas para reger suas interações, como as leis, a economia, política, religião, entre outros, ou seja, ao analisar em profundidade o homem, os mecanismos que são criados pelo mesmo se tornam mais eminentemente compreensíveis (PAGANELLI, 2015).

Esta experimentação, portanto, faz com que na Escócia do século XVIII a história se torne laboratório, segundo Broadie (apud Paganelli, 2015, p. 367), a história contribui da seguinte forma: quanto maior o número de observações, maior serão as observações de diferentes lugares e tempos, o que torna as regularidades mais frequentes, e assim, melhor se estará nas formulações das leis da natureza humana. No passado mais, ou menos distante, portanto, o estudo histórico estende o poder de observação da própria humanidade. Um exemplo de como isso pode ser aplicado está na análise do *homo economicus* e a relevância da tese de que apenas o auto interesse o comandaria. Contudo, Smith e os escoceses, divergem, conforme sugerido na seguinte frase de Wight (apud Paganelli, 2015, p. 368):

*If running a complex organization can be equated to sailing an ocean vessel, standard economic models rely only on one motivating force- the wind of calculated self-interest—to fill the sail. However, Smith’s concern for instincts and affections offers a complementary understanding of deeper hidden currents and tides that also move ships.*

Ou seja, um conjunto de instintos, emoções e sentimentos também regem o ser humano além do auto interesse, o que traça um modelo mais complicado, mas mais realístico do que a mera simplificação e redução ao caráter egoísta humano. Ao analisar o escopo sob essa ótica, percebe-se que Smith pode ser um interlocutor que consegue explicar melhor o comportamento humano do que uma simplificação da motivação, como sugere a análise de Whittaker, (apud Paganelli, 2015, p. 379), que demonstra como a análise smithiana permite entender o desenvolvimento de práticas de investimento responsável, como um exemplo de mudança do objetivo social de instituições, graças à interatividade entre mercados e as normas sociais (PAGANELLI, 2015).

Por fim, sobre o texto de Paganelli, é essencial destacar o enfoque dado ao postulado “pensar com os outros” dado pela autora, uma forma de demonstrar uma característica da variante escocesa que promove uma maior gama de opiniões sobre variados assuntos, sejam elas convergentes ou divergentes. Um exemplo de tal divergência apresentada sobre a dívida pública, sob a visão de Smith e Hume, para o primeiro, embora reconheça a periculosidade do alta dívida pública, defende que este representa a solidez e confiança de um governo, utilizando como exemplo o Reino Unido e Holanda, que à época eram as maiores economias e possuíam os maiores débitos públicos. Para Hume a alta dívida traria a destruição do país, tomava bancos e crédito como meios de destruição da sociedade comercial (Paganelli, 2015 p. 380).

Ainda mais, o texto de Otori (2003) trata do triângulo escocês, comumente pensado como uma figura isósceles, tendo Smith em seu ápice, a partir de tal noção o autor procurar desbaratar tal tese, tomando como base David Hume e James Steuart, contemporâneos a Smith e, no caso do último, o indivíduo cuja teoria Smith seria grande opositor e crítico. Hume, em seu texto “Discursos Políticos” entende o legislador como um político especulador, sendo que este não deve confiar na sorte para que o futuro do governo seja próspero, mas sim criar uma série de regras e parâmetros que regulem a administração pública e que configurem uma próspera, mas segura posteridade. Deve, também, procurar reduzir a desigualdade de distributiva, comum à sociedade comercial, haja vista que a renda nacional acompanha o crescimento do comércio, sem introduzir, dentro de tal campo de leis e regulamentos, mudanças bruscas, portanto deve manusear a política pública dentro de um sistema

conservador, aplicando mudanças e reformas de modo a reduzir os problemas que afligem os homens. Vale ressaltar que quanto ao campo legislativo, Steuart adere à ideia de Hume, propondo mudanças suaves, considerando como mal necessário, para que não ocorram mudanças que gerem uma revolução e ocorra o rompimento do tecido social (OMORI, 2003).

Smith, por sua vez, propõe o sistema de liberdades naturais. Sua proposta inicial, ao escrever a “A Riqueza das Nações” era justamente confrontar as ideias de Steuart - que não devem ser confundidas com libertarianismo. Cabe notar que Smith relega o papel do governo à defesa, justiça e serviços públicos. Dentro da RN, Smith cita ações que são desejáveis ao governo, como a uma política de preços para obter o "preço de livre concorrência" sob concorrência imperfeita; a proibição de notas de pequeno valor (menos de £5); execução do ato de navegação, entre outros. Ou seja, “alisando rugas” de modo a tornar a economia mais sustentável, desde que o legislador tome medidas imparciais, frente ao que ele mesmo considerava comportamentos arrogantes e egoístas de mercadores e produtores que feria a prática de comércio justo. Ademais, o ponto crucial para explicar a insatisfação de Smith para com a classe mercante é exemplificada na seguinte frase da segunda edição, na qual tece suas críticas aos mercadores:

*Our merchants and master-manufacturers complain much of the bad effects of high wages in raising the price, and thereby lessening the sale of their goods both at home and abroad. They say nothing concerning the bad effects of high profits. They are silent with regard to the pernicious effects of their own gains. They complain only of those of other people (SMITH apud OMORI, 2003, p. 114).*

Por fim, quanto ao texto de Omori (2003), demonstra-se que não há uma superioridade efetiva, mas sim que, a depender do caso, escolhe-se um ideário a ser seguido, seja o conservadorismo político de Hume e Steuart ou o liberalismo de Smith, nota-se que há um debate e contraposição de ideias que permitem que haja a criação de postulações, servindo de base tanto para que se concorde ou discorde, esse é o efeito essencial do Iluminismo Escocês, o pensamento em conjunto, para que haja o avanço intelectual e lógico da humanidade.

O texto de Watanabe (2003) trata da política de taxaço proposta por Smith às diferentes classes da sociedade, especialmente em sua crítica mais retumbante contra o modelo mercantil, consideradas pelo economista como nocivas ao comércio e avanço do mesmo, tratando as decisões políticas da classe mercante como uma forma de acuar os legisladores para que se mantenha e haja o fortalecimento de seus monopólios. Smith advoga pelo liberalismo econômico e, simultaneamente, defende que as classes econômicas não pratiquem atividades políticas, pois as vê como corruptoras do sistema, haja vista que cada uma delas, especialmente

a mercante, conhece seus próprios interesses, mas não do interesse público e sabe que ao alinhar propostas políticas com o liberalismo, haverá desvios que impedirão a concorrência perfeita (WATANABE, 2003).

Portanto, Smith admite que o maior problema é essencialmente a corrupção da classe governante, graças aos interesses monetários e fundiários, Smith propõe uma taxa maior sobre a classe fundiária, pois considerava que os pedidos da mesma para que lhe fossem reduzidas as taxas sobre a posse da terra como um desvio da conduta moral civil, de modo a manter a aristocracia em seu patamar de superioridade na sociedade. O motivo pelo qual Smith fez tal proposta é originária do fato de que imposto sobre o consumo ocasionou às classes trabalhadoras, com os comerciantes e fabricantes como núcleo, o que os levou a fortalecer, não apenas seus ideários políticos, mas também os incentivou a procurar o esclarecimento, dessa forma, portanto, ao propor tal aumento nas taxas sobre os fundiários intencionava que seguissem os mesmos passos (WATANABE, 2003).

Portanto a literatura sobre a teoria moral de Smith conclui que a conduta moral que defende o esclarecimento, a renovação e melhora do ser humano, enquanto ser participante de uma sociedade avançada e comercial, portanto, para Smith, é claro que o homem não deve apenas procurar o benefício próprio, mas também de seus pares, para que todos desfrutem do avanço, não apenas fruto de uma bondade, mas para que tal ser possa entender o seu mundo e contexto, de modo a produzir e gerar pensamentos, postulados, ideias que corroborem com a melhoria. Ou seja, para que ocorra o avanço da sociedade há a necessidade da contribuição de todos, e nesse aspecto demonstra-se a influência de seus contemporâneos esclarecidos, pois em toda a Escócia defendia-se a tese de sociabilidade, de permuta e permeabilidade de ideias, bem como o ideal libertário, questionador, frequente durante toda a história desse país gaélico, e frequentemente demonstrado em seus pensadores e em suas morais iluministas.



## **CAPÍTULO 1 – A ESCÓCIA NO SÉCULO XVIII**

A Escócia era uma sociedade rural pobre e agrícola com uma população de 1,3 milhões de habitantes em 1755. Embora a Escócia tenha perdido o domínio doméstico, a união entre as coroas escocesa e inglesa permitiu que ela se libertasse de um sistema estultificante e abriu o caminho para a iluminação escocesa, bem como uma grande expansão do comércio e aumento de oportunidades e riqueza. Uma vez que a Escócia se encontrava distante de grandes centros de comércio como Flandres ou Borgonha na Europa Continental, soma-se a isto o fato de que o país possuía terra cultivável além das *Lowlands*. A partir disto, é necessário que se contextualize a Escócia a partir de meados do Século XVII, como eram seus contextos econômico e político para que se possa comparar com os avanços realizados no século XVIII após a união com a Inglaterra, realizada em 1707, e como essa mudança no paradigma produtivo e social escocês influenciou a teoria de Smith.

### **1.1 – Contexto Histórico E Socioeconômico**

A partir desta breve introdução, cabe analisar a estrutura produtiva no início do século XVII, um período no qual a fome era relativamente comum, com quatro períodos de fome entre 1620 e 1625. As invasões dos anos 1640, realizadas durante as guerras civis inglesas, tiveram um profundo impacto sobre a economia escocesa, com a destruição das colheitas e a ruptura dos mercados resultando em alguns dos mais rápidos aumentos de preços do século. Sob a Commonwealth, o país era relativamente tributado, mas ganhou acesso aos mercados ingleses (MITCHISON, 2002).

Após a Restauração Stuart ao trono, a fronteira formal com a Inglaterra foi restabelecida, juntamente com seus direitos alfandegários. As condições econômicas foram geralmente favoráveis de 1660 a 1688, já que os proprietários de terras promoveram uma melhor lavoura e criação de gado. O monopólio dos burgueses reais sobre o comércio exterior foi parcialmente extinto pela Lei de 1672, deixando-os com os antigos luxos dos vinhos, seda, especiarias e corantes e abrindo o comércio de sal, carvão, milho e peles e importações das Américas, cada vez mais significativos (MITCHISON, 2002).

A Lei de Navegação inglesa limitou a capacidade dos escoceses de se envolverem no que teria sido um comércio lucrativo com as colônias em crescimento da Inglaterra, mas estas foram frequentemente contornadas, com Glasgow se tornando um centro comercial cada vez

mais importante, abrindo o comércio com as colônias americanas: importação de açúcar das Índias Ocidentais e tabaco da Virgínia e Maryland. As exportações através do Atlântico incluíam linho, produtos de lã, carvão e pedras de amolar (MITCHISON, 2002).

As tarifas de proteção inglesas sobre sal e gado eram mais difíceis de desconsiderar e provavelmente impunham maiores limitações à economia escocesa, apesar das tentativas do rei de derrubá-las. No entanto, no final do século, as estradas dos motoristas, que se estendem desde as *Highlands*, passando pelo sudoeste da Escócia até o nordeste da Inglaterra, haviam se estabelecido firmemente (MITCHISON, 2002).

As tentativas escocesas de contrariar isso com tarifas próprias não tiveram grande sucesso, pois a Escócia tinha relativamente poucas exportações vitais a proteger. As tentativas do Conselho Privado de construir indústrias de luxo em fábricas de tecidos, fábricas de sabão, casas de açúcar fervendo, fábricas de pólvora e de papel, provaram ser em grande parte infrutíferas. Na década final do século XVII, as condições econômicas geralmente favoráveis que dominavam desde a Restauração terminaram (MITCHISON, 2002).

Após o período de boas condições para a expansão econômica escocesa, houve uma queda no comércio com o Báltico e a França de 1689 a 1691, causada pelo protecionismo francês e pelas mudanças no comércio de gado escocês, seguida por quatro anos de colheitas fracassadas (1695, 1696, 1698 e 1699), que foram ecombinadas com a recessão decorrente da Guerra dos Nove Anos resultaram em um período que ficou conhecido como “*Seven ill Years*” ou “*Seven Lean Years*”. O resultado foi a fome severa. Segundo estimativas, entre 5 e 15% da população escocesa morreu de inanição, ao passo que em áreas como Aberdeenshire chegou-se a registrar taxas de mortalidade de 25%. O despovoamento também foi particularmente severo, em especial no Norte. Esse fato se tornou marcante em parte porque a fome havia se tornado relativamente rara na segunda metade do século XVII, com apenas um ano de carência (em 1674) e a escassez dos anos 1690 seria a última de sua espécie, portanto deixou uma grande marca na história escocesa (MITCHISON, 2002).

O Parlamento da Escócia de 1695 promulgou propostas que poderiam ajudar a situação econômica desesperada, incluindo a criação do Banco da Escócia. A “*Company of Scotland Trading to Africa and the Indies*” recebeu uma carta para levantar capital através de subscrição pública. A “Companhia da Escócia” investiu no esquema de Darien, um plano ambicioso elaborado por William Paterson, o fundador escocês do Banco da Inglaterra, para construir uma colônia no Istmo do Panamá, na esperança de estabelecer comércio com o Extremo Oriente (MITCHISON, 2002).

Como os recursos de capital dos comerciantes de Edimburgo e da elite dos proprietários de terras eram insuficientes, a empresa apelou para as fileiras sociais intermediárias, que responderam com fervor patriótico ao apelo por dinheiro; as ordens inferiores se ofereceram como colonos. O projeto provou ser um desastre, com apenas um navio e 1.000 colonos voltando para casa. O custo de 150.000 libras esterlinas colocou uma grande pressão sobre o sistema comercial escocês (MITCHISON, 2002).

No início do século XVIII, uma união política entre a Escócia e a Inglaterra tornou-se política e economicamente atraente, prometendo abrir aos escoceses os mercados muito maiores da Inglaterra, bem como os do crescente Império Britânico. Era uma união econômica plena; de fato, a maioria de seus 25 artigos tratava de arranjos econômicos para o novo estado conhecido como "Grã-Bretanha". Também substituiu os sistemas escoceses de moeda, impostos e leis que regulavam o comércio por leis feitas em Londres. A Inglaterra tinha cerca de cinco vezes a população da Escócia naquela época, e cerca de 36 vezes mais riqueza (SMOUT, 1964).

O economista de Edimburgo, Adam Smith concluiu, em 1776, que "Pela união com a Inglaterra, as fileiras intermediárias e inferiores da Escócia ganharam uma libertação completa do poder de uma aristocracia que os havia sempre oprimido antes" (SMITH, 1994, p. 1277). O historiador Jonathan Israel defende que a União "provou ser um catalisador decisivo política e economicamente", ao permitir a entrada de escoceses ambiciosos em pé de igualdade com um império rico e em expansão e seu crescente comércio. Há, contudo, a necessidade de ressaltar a história da grande animosidade entre as coroas Escocesa e Inglesa, uma vez que houveram seguidos conflitos entre os dois reinos durante os séculos, ocorrendo diversas incursões nos territórios de ambas as partes. Na maioria destes conflitos a Escócia se encontrou como a derrotada entre as duas partes.

O que se pode dizer, seguramente, é que, em 1707, dificilmente havia uma oposição estabelecida no Parlamento escocês, pois havia a noção estabelecida entre os membros dos perigos econômicos que a Escócia enfrentava. Caso fosse rejeitada uma União completa, existiam três cursos teóricos abertos à ela: primeiro, continuar a União dos Coroas existente sem modificações, ou seja, as duas nações existiriam separadas politicamente, contudo governadas por uma mesma casa real, a dos Stuart; segundo, alterar a União de 1603 em algum tipo de União federal vagamente concebida que daria à Escócia um controle sensivelmente maior sobre sua própria vida política; terceiro, romper completamente com a Inglaterra, o que significaria a ignição reavivada do conflito entre as nações. Todas estas alternativas pareciam

levar ao pântano, e à possível ruína do país; a primeira porque não removeria nenhuma das causas da situação econômica debilitante na qual o país já havia afundado, a segunda e a terceira porque a Inglaterra as considerava potencialmente perigosas demais para serem enfrentadas e, portanto, teria invocado represálias econômicas que teriam mergulhado o comércio escocês em condições piores (SMOUT, 1964).

Portanto, a realização de votos a favor da União significava procurar uma saída para estes perigos – não necessariamente uma forma segura, mas pelo menos uma forma com alguma esperança. Votar contra representava a irresolução dos problemas comerciais da nação, e ainda significava uma piora da situação, pois seria o mesmo que ignorá-los. Quaisquer outras forças que possam ter estado em jogo, este foi o contexto econômico no qual o Reino Unido nasceu. O acordo para a junção das duas coroas e dos parlamentos foi essencial não apenas para garantir a paz entre as nações, mas para também garantir a estabilidade nas ilhas britânicas e garantiu, de certa forma, o acesso por parte da Escócia a inovações e melhorias proporcionadas pela união com a Inglaterra (SMOUT, 1964).

O Ato de União foi uma conquista notável, pois unificou dois países em um, preservou deliberadamente a Igreja, a Lei, o Sistema Judiciário e algumas das características do reino menor, de modo que garantiu à Escócia a preservação da nacionalidade definitiva que havia conquistado para si mesma e que havia preservado por tanto tempo. Também concretizou alguns dos desejos de ambas as nações. À Inglaterra deu segurança, diante da hostilidade francesa, para a sucessão Hanoveriana e para o acordo constitucional da Revolução; à Escócia deu uma garantia de seu estabelecimento da Revolução na Igreja e no Estado, e uma oportunidade para o desenvolvimento econômico que era extremamente necessário. Contudo, a noção de que a união entre as coroas arrefeceu os ânimos entre ingleses e escoceses não é completamente correta, a atitude condescendente dos ingleses que indicavam a absorção da Escócia. Isso se deve ao fato de que os membros escoceses eram pequenos, particularmente na Câmara dos Lordes, e as suposições constitucionais sobre as quais a legislatura operava eram eminentemente inglesas (MACKIE; LENMAN; PARKER, 1991).

Houve uma tentativa consciente por parte da nobreza e da aristocracia para melhorar a agricultura na Escócia, um exemplo desse tipo de melhoria foi a Arado Inglês, que foi introduzido junto com gramíneas estrangeiras, e a semeadura de capim de centeio e trevo. Foram introduzidos nabos e repolhos, cercamentos, foram realizadas a drenagem de pântanos, as aplicações de calcários sobre terras ácidas, a construção de estradas e o plantio de bosques. Perfuração e semeadura e rotação de culturas foram introduzidas. Houve também a introdução

da batata na Escócia em 1739, melhorando muito a dieta do campesinato. Houve um aumento da especialização, com a região de Lothians se tornando um importante centro de grãos, Ayrshire de criação de gado e The Borders de ovelhas (MACKIE; LENMAN; PARKER, 1991).

Os recintos começaram a deslocar o sistema runrig e o pasto livre. Em tal sistema, segundo Dodgshon (1998), a terra era dividida em cidades ou *townships*, compreendendo uma área de terra cultivável e uma área maior de pastagem e pastagem bruta. O *in-bye* foi dividido em faixas – *rigs* – que foram periodicamente reatribuídas entre os inquilinos do município para que nenhum indivíduo tivesse o uso contínuo da melhor terra. Esta realocação periódica pode ser considerada uma característica definidora da plataforma de rodagem. A maioria dos municípios era alugada por um *tacksman* (proprietário de terras de status legal e social intermediário na sociedade escocesa das *Highlands*) e subarrendada para os inquilinos agrícolas atuais. Alguns *tacksmen* teriam arrendamentos em vários municípios.

O funcionamento detalhado da plataforma de exploração diferia de um lugar para outro. O grau de cooperação nestas fazendas comunitárias era um destes aspectos. Em alguns casos, onde a lavoura era realizada por tropas de cavalos, a responsabilidade por isso era compartilhada entre os inquilinos – proporcionando assim uma óbvia atividade comunitária. Assim, deu-se ensejo à configuração de campos amplamente retangulares que hoje caracterizam as *Lowlands*.

Embora alguns fazendeiros tenham melhorado a qualidade de vida de seus trabalhadores deslocados, a Revolução Agrícola levou diretamente ao que está se tornando cada vez mais conhecido como as Limpezas das *Lowlands*, com centenas de milhares de fazendeiros e reдеiros do centro e sul da Escócia emigrando das fazendas e pequenas propriedades que suas famílias haviam ocupado durante centenas de anos, ou adaptando-as à Revolução Agrícola Escocesa (MACKIE; LENMAN; PARKER, 1991).

Os benefícios econômicos da união foram ainda muito lentos em aparecer, principalmente porque a Escócia era muito pobre para explorar as oportunidades do mercado livre em grande expansão. Alguns progressos foram visíveis até 1750, como a venda de linho e gado para a Inglaterra, os fluxos de caixa do serviço militar e o comércio de tabaco que foi dominado por Glasgow depois de 1740. Entretanto, Glasgow imediatamente reexportou quase todo o tabaco, de modo que não estimulou os negócios locais, e aquele porto exportou poucos produtos escoceses. O comércio de tabaco entrou em colapso durante a Revolução Americana, quando suas fontes foram cortadas pelo bloqueio britânico dos portos americanos. Um novo

comércio importante a ser desenvolvido com as Índias Ocidentais que compensou a perda do negócio do tabaco (CAMPBELL, 1964).

Havia uma extensa mineração de carvão, ferro e chumbo, mas os trabalhadores do carvão e do sal, principalmente sobre o *Firth of Forth*, que é o estuário (*Firth*) de vários rios escoceses, incluindo o Rio Forth, eram para longos servos hereditários. A tecelagem e a fiação eram, na maior parte das vezes, indústrias domésticas realizadas pela população das fazendas. Destas, as mais saudáveis eram as indústrias de linho. Esta era quase um produto básico, e uma tentativa do Parlamento em 1711 de impor um imposto de exportação sobre o linho, deixando a lã inglesa sem impostos, uniu todos os membros escoceses em uma oposição diante da qual o governo se curvou (MACKIE; LENMAN; PARKER, 1991).

Em 1726, com uma indústria florescente visível, um visitante estrangeiro relatou que todas as pessoas pobres teciam, algumas delas muito bem, e que o linho escocês era melhor que o holandês; além disso, Edward Burt, inglês, disse que encontrou linho bom em todos os lugares, mas principalmente nas *Lowlands*. Em 1727, a indústria recebeu um novo enchimento. A Lei da União previa que o excedente do Equivalente seria pago à taxa de £2.000 por ano durante sete anos para incentivar a fabricação de lã grossa e, em seguida, as *sheries* e outras indústrias, em resposta a um pedido da Convenção de *Royal Burghs*, o governo estabeleceu um Conselho de Curadores que deveria fornecer anualmente por seis anos a soma de £2.650–£6.000 para o comércio de linho, £2.650 para as *sheries*, e £700 para o comércio de lã (MACKIE; LENMAN; PARKER, 1991).

A política industrial escocesa foi feita pelo *Board of Trustees for Fisheries and Manufactures*, que procurou construir uma economia complementar, não competitiva, com a Inglaterra. Como a Inglaterra tinha lãs, isto significava linho. Incentivados e subsidiados pelo *Board of Trustees* para que pudesse competir com os produtos alemães, em especial o linho do tipo *Osnabrug* (um linho alemão grosseiro com muitos usos desde roupas até embrulhos e suportes), os empresários comerciantes se tornaram dominantes em todas as etapas da fabricação de linho e construíram a participação no mercado de linho escocês, especialmente no mercado colonial americano (MACKIE; LENMAN; PARKER, 1991).

A indústria do linho foi a principal indústria escocesa no século XVIII e formou a base para as posteriores indústrias de algodão, juta e lã também. Os membros escoceses do parlamento conseguiram evitar uma tentativa de impor uma taxa de exportação sobre o linho e a partir de 1727 receberam subsídios de £2.750 por ano durante seis anos, resultando em uma expansão considerável do comércio. A cidade de Paisley adotou métodos holandeses e se

tornou um importante centro de produção. Glasgow direcionou a sua fabricação para o comércio de exportação, que dobrou entre 1725 e 1738. Uma lei de 1751 estabeleceu a tecelagem de linho livre de restrições artesanais, e a ousada ação da *British Linen Company* (que se tornou o *British Linen Bank*, em 1763), em 1746 no avanço dos empréstimos em dinheiro estimulou a produção em toda a Escócia, sem a qual não teria sido possível realizar a implantação de tecelagens para a produção do tecido (MACKIE; LENMAN; PARKER, 1991).

Como dito anteriormente, a produção de linho, para a competição junto ao produto alemão foi um grande avanço para a Escócia, especialmente devido às conexões criadas com o mercado colonial americano. A produção de linho *Osnaburg*, inicialmente realizada sobre um modelo de imitação, teve sua implantação em 1747 e realizou a produção de meio milhão de jardas em 1747, dobrando sua produção para 1,1 milhão em 1753 e novamente para 2,2 milhões em 1758, o que compunha cerca de 25% do volume de linho exportado pela Escócia (DURIE, 1993).

## **1.2 – O Iluminismo Escocês**

A partir desse contexto há a inserção da Escócia em uma ampla rede de comércio, informações e contatos que transformaram o país, bem como a criação de instituições que auxiliaram o desenvolvimento econômico escocês. Tal desenvolvimento foi auxiliado, segundo Mitchison (2015), também, devido à estrutura de seu sistema educacional. A legislação prescrevia que houvesse uma escola em cada paróquia, embora nunca totalmente eficaz, pois uma única escola paroquial não era adequada para algumas das paróquias escocesas, particularmente as das Highlands, e mesmo nas menores o fato de que a aldeia nucleada não era uma forma natural de organização social na Escócia, que operava sob o sistema de clãs familiares, significava que muitas famílias poderiam estar longe de uma escola.

Mas, mesmo com tais dificuldades, no final do século XVIII, a maioria da população das Lowlands era alfabetizada e na maioria das paróquias havia alguma forma de educação barata e nominalmente obrigatória, através da qual, com sorte, um camponês qualificado poderia ir além dos elementos rudimentares da alfabetização e aritmética para poder ingressar em uma universidade. Os burgueses, a seu ver, orgulhavam-se de sua educação mais avançada e formal, através da qual um grau medíocre de latinidade poderia ser transmitido às crianças que estariam prontas para a universidade aos onze, doze, ou treze anos. As universidades escocesas tinham todas, exceto o King's College, em Aberdeen, mudado, ao longo dos anos

1760, para professores especializados, e exceto a St. Andrews, que estava em um estado decadente, forneceram uma boa educação secundária com uma ampla difusão das matérias modernas.

Estes foram o núcleo do avanço intelectual contemporâneo, em especial a filosofia moral e natural na qual foram compreendidas a economia política e toda a ciência. A característica fundamental foi o fato de que se tratava de uma estrutura completa e estritamente voltada para o preenchimento das profissões. O estudante podia obter uma bolsa de estudos para uma universidade e, assim, proceder a ordenações, aqueles menos bem-sucedidos estudariam por alguns anos e acabariam como professores. Isto abriu duas carreiras importantes, embora não muito remuneradas, para todos. As ocupações mais influentes e lucrativas, como a lei, continuavam a ser da alçada da nobreza e da aristocracia. Como tal, os limites da mobilidade social eram firmes, os estudantes do vilarejo entraram muito velhos para romper a corrente central da vida intelectual. Portanto, era das escolas burguesas e não do campo que vinham os grandes homens do intelecto. Como exemplo disso, David Hume era de uma família pequena, de terra firme e estudou na Escola Secundária de Edimburgo; Adam Smith veio da escola burguesa de Kirkcaldy; William Robertson, o melhor dos historiadores escoceses, da escola gramatical de Dalkeith (MITCHISON, 2015).

Portanto, o camponês escocês, embora não tivesse a relativa segurança econômica de seu homólogo inglês, foi treinado para ler, escrever e discutir de forma similar ao seu correspondente aristocrático. De forma alguma era comum o campesinato usar sua inteligência neste tipo de atividade, mas a capacidade de se comunicar através das barreiras sociais e a existência, às vezes, de livros entre as posses até mesmo de pessoas muito pobres indicavam uma democracia de expressão muito mais livre do que na Inglaterra, especialmente ao fato de que o clérigo presbiteriano, ascendente dentro das universidades, possuía ênfase na razão, tolerância e moralidade. As carreiras dos cétricos, tais como Adam Smith e David Hume, deveram-se muito à essa tolerância, apoio e amizade do clero moderado (MITCHISON, 2015).

Igualmente importante para este acesso geral à educação foi a criação do professorado. O ensino universitário era de nível secundário, mas muito bem-feito, uma vez que envolveu, para os professores, o pensamento independente e a organização de ideias em matérias suficientemente inovadoras para que pudessem auferir lucros com a execução de suas funções como professores e pensadores. Assim, A Riqueza das Nações de Adam Smith e a filosofia de senso comum de Reid surgiram de cursos de ensino universitário. O grupo de professores universitários, particularmente os de Edimburgo, criou a sociedade a partir da qual as novas



disciplinas acadêmicas surgiriam e cresceriam. O Iluminismo Escocês, portanto, estava assim clara e intrinsecamente vinculado ao sistema de educação escocês. Embora sua origem fosse proveniente do impulso para desenvolver duas profissões particulares, a medicina e o direito, a última foi particularmente valiosa, pois sua ligação com a aristocracia rural os trouxe para as universidades e os colocou sob a influência de professores ativos (MITCHISON, 2015).

As conexões pessoais entre professores e alunos desempenharam um papel importante no Iluminismo Escocês, onde muitas das principais figuras se conheciam bem. Essas conexões foram promovidas pelos *literati*, que incentivaram o discurso interdisciplinar por meio de vários clubes e sociedades, tanto em contextos acadêmicos quanto sociais. Isso permitiu debates avançados sobre temas relacionados à ciência moral e natural, com o objetivo de desenvolver habilidades de pensamento crítico e debate de forma coletiva, em vez de individualmente (MITCHISON, 2015).

Alguns exemplos, retirados da minuta da Sociedade Seleta, estabelecida pelo pintor Allan Ramsay em 1754, segundo a National Library of Scotland (2019), cujo objetivo compreendia a busca da investigação filosófica e o aperfeiçoamento dos membros na arte da oratória, da qual participavam Adam Smith, David Hume e William Robertson, representam tópicos a serem discutidos como:

- Se a prática do duelo é ou não vantajosa;
- Se os divórcios por consentimento mútuo devem ser permitidos;
- Se a instituição da escravidão é vantajosa para os livres;
- Se as recompensas sobre a exportação de milho são vantajosas para o comércio e as manufaturas, bem como para a agricultura;
- Se as corporações e empresas exclusivas para o comércio são vantajosas para os membros dessas corporações e empresas;
- Se impostos moderados são um desestímulo ao comércio, à indústria e à manufatura;
- Se uma naturalização geral de protestantes estrangeiros seria vantajosa para a Grã-Bretanha;

Segundo Israel (2013), as principais cidades da Escócia criaram uma infraestrutura intelectual de instituições de apoio mútuo, tais como universidades, sociedades de leitura, bibliotecas, publicações periódicas, museus e lojas de maçonaria. Por conseguinte, os *literati*, ou intelectuais, estavam baseados principalmente nas cidades universitárias de Edimburgo,

Glasgow e Aberdeen, e eram frequentemente membros dos mesmos clubes e sociedades. A sua composição variava entre sociedades literárias, filosóficas e de debate científico, até clubes gastronômicos mais conviviais e de bebidas. Qualquer que fosse o seu foco particular, todos eles encorajaram um debate dinâmico, a melhoria mútua, e a troca de ideias. Os clubes e sociedades do século XVIII caracterizavam-se também pelo seu enfoque interdisciplinar. Os membros dos clubes mais conviviais de bebidas e jantares abrangiam frequentemente diferentes classes sociais e profissionais – defensores e cirurgiões esfregavam os ombros com padeiros e construtores. Por conseguinte, as fronteiras entre as diferentes áreas temáticas não eram tão fixas como são atualmente. Era bastante comum que filósofos, artistas, cientistas, religiosos e advogados fossem membros da mesma sociedade e partilhassem ideias e descobertas dos seus diferentes campos de conhecimento.

Sem dúvida, a ciência baconiana era o ideal filosófico do Iluminismo Escocês. Segundo Bevilacqua (1967), entre os filósofos de Aberdeen, Edimburgo e Glasgow, os meios escolásticos de investigação verbal foram rejeitados como tornando o homem adepto das palavras, mas desatento aos fatos e à experiência. Houve uma distinção amplamente aceita em meados do século XVIII entre a "descoberta da arte" científica pelo exame indutivo, e a retórica "descoberta de argumentos" pela lembrança tópica, bem como uma distinção adicional entre a capacidade investigativa da lógica Baconiana (a "Arte da Inquirição ou Invenção") e a capacidade estritamente comunicativa da retórica Baconiana (a "Arte da Elocução ou Tradição").

Os retóricos escoceses do século XVIII também são estilistas baconianos em seu tratamento da gramática universal (filosófica) como um elemento subjacente da retórica. Esta característica distintiva da teoria retórica escocesa também parece ter sido tirada diretamente de Bacon.

O método baconiano é um exemplo da aplicação do raciocínio indutivo. No entanto, o método de indução de Bacon é muito mais complexo do que o processo indutivo essencial de fazer generalizações a partir de observações. Como o seu método começa com a descrição dos requisitos para a realização das observações cuidadosas e sistemáticas necessárias para produzir factos de qualidade. Depois procede à indução, a capacidade de generalizar a partir de um conjunto de fatos para um ou mais axiomas (BEVILACQUA, 1967).

Contudo, salienta a necessidade de não generalizar para além do que os factos realmente demonstram. O passo seguinte pode ser recolher dados adicionais, ou o investigador pode utilizar os dados existentes e os novos axiomas para estabelecer axiomas adicionais. Tipos

específicos de fatos podem ser particularmente úteis, tais como casos negativos, casos excepcionais e dados de experiências (BEVILACQUA, 1967).

Todo o processo é repetido de forma gradual para construir uma base de conhecimentos cada vez mais complexa, mas que é sempre apoiada por fatos observados, ou, de uma forma mais geral, por dados empíricos. Enquanto defendia um método muito empírico, observacional e racional que acabava com as conjecturas metafísicas.

Bacon era um homem religioso e acreditava que o seu trabalho tinha um papel teológico. As relações com a igreja presbiteriana são, portanto, reforçadas, uma vez que, como o principal influenciador filosófico, algumas das principais figuras intelectuais do Iluminismo Escocês possuíam uma visão religiosa sobre seu trabalho, tais como William Robertson (1721–93), historiador e diretor da Universidade de Edimburgo, que também serviu como ministro presbiteriano.

Além disso, outra característica decorrente do relacionamento com a igreja é que era proposto um constante aperfeiçoamento do ser humano e das virtudes humanas. Pois as disputas estereis do século XVII sobre o poder na Igreja e no Estado haviam levado a uma sociedade afligida pela insegurança e sem um intelecto cortante, mas uma sociedade que não aceitava mudanças nem questionava as declarações inatas, e, como tal, não resolvia o preconceito, tanto na moral e na religião como na ciência (MITCHISON, 2015).

No final do século XVIII, o governo, na Igreja e no Estado, era discreto e o país estava prosperando. Não havia necessidade de homens razoáveis pensarem que tinha que haver conflito entre as reivindicações da Igreja e do Estado, ou entre as da filosofia natural ou moral e a religião revelada. O Iluminismo Escocês representa uma visão otimista e muito mais libertária e possuía a intenção de recuperar de um atraso histórico ao ser comparado às suas contrapartidas alemãs ou francesas (MITCHISON, 2015).

Segundo Sauter (2008), Saine (1997), e Van Dulmen e Williams (1992), a Prússia, como nenhum outro Estado alemão, teve acesso e habilidade para aplicar ideias paneuropeias do Iluminismo para desenvolver instituições políticas e administrativas mais racionais. O Iluminismo alemão conquistou o apoio de príncipes, aristocratas e da classe média e reformulou permanentemente a cultura. Entretanto, houve um conservadorismo entre as elites que advertiu contra “abusos intelectuais” por parte dos iluministas. Segundo tal aspecto conservador, o governo prussiano emitiu um edito sobre religião em 1788, que proibia a pregação de qualquer sermão que prejudicasse a crença popular na Santíssima Trindade e na Bíblia. Sua finalidade era evitar o ceticismo, o deísmo e as disputas teológicas que pudessem

afetar a tranquilidade doméstica, assim conferiu reconhecimento legal ao princípio da tolerância, ao mesmo passo que restringia a liberdade de instrução religiosa e atrelava o clero a um estreito protestantismo.

As universidades alemãs tinham criado uma elite fechada que podia debater entre si questões controversas, mas a sua divulgação ao público era vista como muito arriscada. Tal elite intelectual era favorecida pelo Estado, mas isso poderia ser revertido se o processo do Iluminismo se revelasse política ou socialmente desestabilizador. Em Königsberg, o filósofo Immanuel Kant (1724–1804) tentou conciliar racionalismo e crença religiosa, liberdade individual e autoridade política. O trabalho de Kant continha tensões básicas que continuariam a moldar o pensamento alemão, baseado no nacionalismo e no espiritualismo – e de fato toda a filosofia europeia – até o século XX, contudo sem ameaçar os governos estabelecidos e o poder da igreja (SAUTER, 2008).

Os príncipes da Saxônia, por sua vez, realizaram uma série abrangente de reformas fiscais, administrativas, judiciais, educacionais, culturais e econômicas gerais fundamentais. As reformas foram auxiliadas pela forte estrutura urbana do país e por grupos comerciais influentes, que modernizaram a Saxônia pré-1789, seguindo os princípios clássicos do Iluminismo (KELLER, 2002).

Embora o Iluminismo francês tenha se concentrado em questionar a ordem política, principalmente o poder divino da monarquia e a autoridade da Igreja, ele também se transformou em uma oposição radical contra a nobreza e o clero. Isso se deveu, em grande parte, à crescente incapacidade dessas classes de governar o país e atender às necessidades do povo. Uma filosofia de governo na qual o rei nunca poderia estar errado estava em conflito direto com uma filosofia que reconhecia o direito natural dos cidadãos de consentir com os atos e decisões de seu governo. Os iluministas franceses compunham uma “aristocracia substituta” poderosa, mas sem poder de fato. Esse poder emanava da nascente opinião pública frente à remoção da nobreza e da burguesia da esfera política. A "política literária" que resultou promoveu um discurso de igualdade e estava, portanto, em oposição fundamental ao regime monárquico.

Tocqueville (1850) designa claramente os efeitos culturais da transformação nas formas de exercício do poder no primeiro capítulo do terceiro livro sobre o Ancien Régime francês, uma vez que os filósofos se deslocaram da participação da gestão nacional. Portanto, a situação desses escritores fomentou neles uma paixão por teorias abstratas e gerais de governo, teorias que eram seguidas sem questionamento. Já que, afastados da vida prática, eles não possuíam

nenhuma experiência que pudesse ter temperado suas paixões naturais. Esse desprendimento resultou em uma capacidade de reconhecer o que outros faziam dentro dela. Portanto, faltava-lhes até mesmo uma instrução superficial que a visão de uma sociedade livre e a palavra do que é dito pelos homens livres transmite aos menos envolvidos no governo.

Caso os franceses tivessem participado do governo através do Estado Geral, caso tivessem participado da administração diária do país como no passado através de suas assembleias provinciais, é seguro dizer que eles não teriam sido inflamados pelas ideias desses escritores. Eles teriam possuído uma certa familiaridade com o governo, o que os teria alertado para os perigos da teoria pura (TOCQUEVILLE, 1850).

Diferentemente dos ingleses, que por sua vez, não destruíram suas antigas instituições, mas mudaram seu espírito gradualmente, talvez os franceses não estivessem tão prontos para imaginar instituições inteiramente novas. Portanto, na Inglaterra, aqueles que escreveram sobre o governo misturaram-se com aqueles que governaram, revisaram e reduziram teorias com a ajuda de fatos. Ao passo que na França, novas ideias foram introduzidas na prática, o mundo político permaneceu dividido como se estivesse dividido em duas províncias separadas, sem comunicação entre elas. Portanto, os primeiros administraram, tomaram medidas específicas como uma rotina necessária, e se encarregaram dos assuntos públicos, enquanto a segunda estabeleceu os princípios abstratos que deveriam ter formado a base de toda administração, proclamou leis gerais sem nunca pensar nos meios para aplicá-las, e se encarregou das mentes das pessoas (TOCQUEVILLE, 1850).

Em resumo, as escolas de pensamento iluminista alemã, francesa e escocesa foram movimentos intelectuais distintos que surgiram durante o século XVIII na Europa. Embora compartilhassem algumas ideias e ideais comuns, também apresentavam diferenças significativas em suas perspectivas filosóficas, sociais e políticas.

O Iluminismo alemão caracterizou-se pelo foco na razão, no racionalismo e na busca da verdade por meio da investigação científica, e enfatizou a importância da autonomia individual, da liberdade de pensamento e da busca do conhecimento como o caminho para o progresso humano. Os pensadores alemães eram conhecidos por sua ênfase na metafísica, na estética e no idealismo, e por suas críticas ao dogma religioso e ao autoritarismo. Eles buscavam conciliar razão e fé e estabelecer uma sociedade moral e justa por meio da aplicação da razão e de princípios universais (SAINÉ, 1997; SAUTER, 2008; VAN DULMEN & WILLIAMS, 1992).

O Iluminismo francês foi caracterizado por sua ênfase na razão, na liberdade e na igualdade. O Iluminismo francês era conhecido por seu foco em questões sociais e políticas, como direitos humanos, democracia e a crítica à monarquia e à aristocracia. Os pensadores do Iluminismo francês defendiam a separação de poderes, o estado de direito e a proteção dos direitos individuais. Eles também defendiam uma maior igualdade social e econômica e criticavam as hierarquias sociais e a desigualdade (TOCQUEVILLE, 1850).

O Iluminismo Escocês caracterizou-se por sua ênfase na observação empírica, na praticidade e em uma abordagem pragmática do conhecimento. O Iluminismo Escocês concentrou-se em uma ampla gama de tópicos, incluindo filosofia, economia, literatura e ciência. Os pensadores do Iluminismo Escocês eram conhecidos por sua ênfase na filosofia moral, na economia política e no estudo da natureza humana. Eles enfatizaram a importância da evidência empírica, da experiência e do senso comum na busca do conhecimento (BEVILACQUA, 1967).

## CAPÍTULO 2 – O TRIÂNGULO ESCOCÊS

O Triângulo Escocês, que, segundo Omori (2003) é composto pelos Princípios de Economia Política de Steuart (1767), A Riqueza das Nações de Smith (1776) e os Discursos Políticos de Hume (1752), representa uma interseção crítica no desenvolvimento do pensamento econômico moderno. Ao examinar as relações entre esses três escoceses e suas obras, podemos obter informações valiosas sobre a evolução da teoria econômica e seu impacto na sociedade. Neste capítulo, exploraremos a interação entre essas obras, traçando suas origens e examinando seus legados duradouros.

Steuart reconheceu a visão de seu mentor de uma sociedade composta por indústria, liberdade e conhecimento e, ao mesmo tempo, propôs uma nova ciência da economia política para substituir a compreensão de Hume sobre a atividade econômica em um mercado livre e competitivo. De certa forma, Smith seguiu os passos de seu rival, e é geralmente aceito que ele produziu A Riqueza das Nações com a intenção explícita, mas clara, de substituir a economia política profundamente mercantilista de Steuart pela sua própria. Quando os historiadores do pensamento econômico se referem ao "Triângulo Escocês", eles frequentemente imaginam um triângulo isósceles com Smith firmemente situado em seu ápice. Em outras palavras, Smith é o único indivíduo que pode realmente ser creditado como o criador da economia política? A evidência empírica indica que nem sempre é esse o caso (OMORI, 2003). Segundo Omori (2003), foi Steuart quem inicialmente fez com que a economia política se colocasse sobre suas próprias pernas, independente da política e da jurisprudência. Smith o acompanhou de perto e atrás dele a este respeito. O autor japonês o faz da seguinte forma:

*Evidence suggests that this is not necessarily the case. In particular, James Steuart should be recognized as the 'political economist' who created the first system of monetary economics. It was Steuart who initially made political economy stand on its own legs, independent from politics and jurisprudence. Smith followed close behind him in this respect (OMORI, 2003, p. 103).*

E demonstra que as características na teoria e na prática de seus pontos de vista econômicos não são tanto mutuamente exclusivas - mercantil (protetora) ou clássica (liberal) - como alternativas umas às outras (OMORI, 2003).

Deve-se mencionar que os três compatriotas enfrentaram uma questão comum não resolvida no conflito entre o desenvolvimento econômico escocês e a corrupção moral resultante entre os escoceses, que havia sido primeiramente levantada por Andrew Fletcher e depois retomada por humanistas cívicos. A questão, ligada historicamente à crise econômica

dos anos 1690 e ao debate da União, teve uma influência diversa e complexa sobre os pensadores do Iluminismo Escocês no século XVIII. A introdução da liberdade na sociedade moderna da Escócia, como eles a viram, transformou o povo comum não apenas em uma nação rica e luxuosa, mas também em uma nação corruptível (OMORI, 2003).

Os humanistas cívicos eram orientados pelo republicanismo clássico. Portanto, defendiam a recuperação do espírito enfraquecido na vida agrária da sociedade moderna frente à vida simples das antigas sociedades comunitárias. Em contraste, os membros do "Triângulo" tencionam a criticar o argumento cívico do ponto de vista principalmente do crescimento do comércio moderno e do refinamento do luxo e dos modos de vida (OMORI, 2003).

Neste sentido, a economia política nasceu em meados do século XVIII na Escócia como resultado da tentativa dos membros do "Triângulo" de mostrar a compatibilidade entre riqueza e virtude em uma sociedade livre e civilizada. A abordagem de Smith à questão na Teoria dos Sentimentos Morais (1759) é que enquanto a justiça comutativa, ou a lei de intercâmbio equivalente, for mantida entre o povo, suas ações livres e de interesse próprio trarão justiça natural ou distributiva de fato à sociedade moderna sob a influência de "uma mão invisível". Portanto, a doutrina das consequências involuntárias é aqui reconhecida de acordo com Smith, quer a lei de intercâmbio equivalente aja efetivamente ou não com base no funcionamento da "simpatia imparcial do espectador" em uma sociedade livre (OMORI, 2003).

A justiça distributiva, ou "equidade", no entanto, deve superar as dificuldades para ser estabelecida dentro de uma economia de propriedade privada onde cada fator de produção se torna um bem privado. A fim de demonstrar a possibilidade de completar a 'equidade' no sistema de propriedade privada, Smith formulou sua teoria de justiça com base no princípio da 'simpatia', e enfatizou o papel crucial tanto da divisão do trabalho quanto do mecanismo natural de preços. A análise de Smith sobre o conceito de direito de propriedade na jurisprudência natural é, portanto, fundamentada na teoria da justiça. Estas ideias representam a resposta de Smith à questão 'cívica' acima mencionada. Além disso, Smith passou a explorar o direito natural no mundo econômico como uma nova ciência econômica que tratava das várias regras e mecanismos de produção e intercâmbio de mercadorias (OMORI, 2003).

As teorias econômicas de Steuart, a maioria das quais Smith não aceitava, já haviam sido publicizadas à época da publicação de A Teoria dos Sentimentos Morais. Smith não acreditava que havia refutado completamente a economia steuartiana ou o sistema mercantilista de governo que havia sido promulgado pela legislação positiva até que propôs um plano alternativo para a economia política em 1776 (OMORI, 2003).



Nesse âmbito têm-se o trecho de uma carta enviada à William Pulteney no qual Smith, escreveu: “Tenho a mesma opinião do livro Sir James Stewart que você tem. Sem mencionar uma vez, eu me lisonjeio, que cada princípio falso nele, encontrará uma contestação clara e distinta no meu” (MOSSNER; ROSS, 1977).

Entretanto, pode-se questionar se o entendimento de Smith sobre o que era conhecido como mercantilismo parlamentar era melhor do que seu conhecimento dos fundamentos teóricos da economia steuartiana. Isso não diminui o valor de suas hipóteses, mas é importante ter em mente que ele não foi o primeiro a introduzir a economia política na sociedade escocesa civilizada (OMORI, 2003).

A abordagem de Hume sobre a natureza de uma economia de mercado moderna está em paralelo com sua percepção de separação entre o processo de manufatura e a agricultura em seu ensaio sobre comércio em Discursos Políticos. Este processo da sociedade moderna é descrito em um modelo de história econômica conjectural. Para ele, a economia de mercado neste modelo se desenvolveu espontaneamente com o crescimento da indústria e a introdução do dinheiro (OMORI, 2003).

Nesse sentido, um conceito chave para a economia de mercado é a ideia de "indústria". Por indústria, Hume significava atividades industriais, por um lado, e mão-de-obra industrial, por outro. A indústria no último sentido, portanto, o induz a escrever da seguinte forma:

*Everything in the world is purchased by labour; and our passions are the only causes of labour. When a nation abounds in manufactures and mechanic arts, the proprietors of land, as well as the farmers, study agriculture as a science, and redouble their industry and attention. The superfluity, which arises from their labour, is not lost; but is exchanged with manufactures for those commodities, which men's luxury now makes them covet. By this means, land furnishes a great deal more of the necessaries of life, than what suffices for those who cultivate it (HUME, 1752, p. 261).*

Agora, de acordo com o curso mais natural das coisas, argumentou Hume, “a indústria e as artes e o comércio aumentam o poder de soberania, bem como a felicidade dos sujeitos”, e então “sua [do povo] delicadeza e indústria, uma vez despertadas, levam-nas a melhorias maiores, em todos os ramos do comércio interno e externo” (Hume, 1752). O crescimento da indústria na sociedade moderna também permite a divisão do trabalho causando um aumento na produtividade do trabalho e, conseqüentemente, resultam na melhoria dos modos de vida e no refinamento do luxo entre as pessoas. Estes fatores característicos da sociedade civilizada permitem a Hume insistir na superioridade da sociedade moderna sobre as sociedades antigas, pois ele defendeu a autonomia de um mercado livre e competitivo, baseado nos sistemas de

liberdade pessoal e propriedade privada. Ainda que suas teorias econômicas careçam de discussões sobre o custo de produção e o mecanismo de preços (OMORI, 2003).

Sua defesa da teoria da boa governança, que é tratada como "boas maneiras nacionais", poderia tê-lo levado a se cingir ao ponto de vista do valor útil sem explorar a teoria do valor permutável. Assim, os ensaios econômicos apresentados nos Discursos Políticos não podem ser considerados o primeiro trabalho de economia política, mas sim um trabalho pioneiro da ciência social que fundamentaria o pensamento de seus contemporâneos, primeiramente o stueartiano e em seguida o smithiano (OMORI, 2003).

É a concordância de Hume com a autonomia do mercado que James Steuart, o qual considerava que a oferta nem sempre atendia à demanda em um mercado competitivo, contestou. Ele partiu da consideração da "sociedade industrial" moderna com uma adesão à posição de Hume na conhecida controvérsia sobre a população, pois ele aceitou que as sociedades modernas eram mais populosas do que as antigas. Steuart compartilhou com Hume uma crítica ao ponto de vista de Robert Wallace, que defendia que as sociedades antigas eram mais populosas do que as modernas.

Seguindo a tradição cívica, Wallace (2001) sustentou que o tamanho de uma dada população atingiria seu auge se toda a humanidade estivesse envolvida na agricultura. Steuart retorquiu que se esse fosse o caso: “Quase todos no estado deveriam ser empregados nele, isso estaria invertendo a ordem das coisas, e transformando o mestre em servo” (STEUART, 1767, v1, p. 32). A característica marcante da posição de Steuart é a distinção que ele faz entre trabalho e indústria, apresentada da seguinte forma:

*To constitute industry, there must be freedom in the industrious man. His motive to work must be to procure for himself, by the means of trade, an equivalent, with which he may purchase every necessary, and remain with something over, as the reward of his diligence. Consequently, industry differs from labour, which may be forced, and which draws no other recompense, commonly, than bare subsistence (STEUART, 1767, v2, 213–14).*

Como ilustração de como o excedente social, produzido pela indústria se torna uma mercadoria, Steuart descreve, portanto, os meios através dos quais a livre concorrência gera uma rede interdependente de indivíduos livres - agricultores e mãos livres - na moderna "sociedade industrial".

Como tal, o termo “desejos recíprocos” simboliza esta rede orientada para a concorrência. “Os homens eram então forçados a trabalhar porque eram escravos de outros; os

homens são agora forçados a trabalhar porque são escravos de seus próprios desejos” (STEUART,1767, v1, p. 52, 203).

Uma vez aceita a exposição de Hume sobre o processo de separação agrário-industrial, Steuart propõe uma visão diferente da estabilidade do mercado na emergente sociedade "industrial". A livre concorrência, trazendo relações discriminatórias e discrepantes entre as pessoas, rompe uma parte da rede humana e também gera desemprego, uma vez que suspende o processo de troca de mercadorias. Steuart percebeu que o governo na sociedade livre moderna tinha controlado indiretamente por meio do dinheiro.

A este respeito, pode-se dizer que a distinção acima entre trabalho e indústria corresponde à distinção entre "subordinação" e "dependência" entre o povo. Portanto, ele introduz "o estadista" em sua economia política, um líder que assume a responsabilidade do ajuste monetário na economia de mercado.

O estadista obedece aos princípios do espírito público e deve visar a criação de uma demanda efetiva a fim de recuperar a continuidade da compra de commodities no processo de troca como um todo. O conceito de "demanda efetiva" foi usado pela primeira vez como um termo economia política. “É a demanda efetiva, como eu posso chamá-la, que faz o lavrador trabalhar em prol do equivalente [...]” (Steuart 1767).

De acordo com Steuart (1767), a política do estadista de aumentar a demanda efetiva é adotada para compensar uma deficiência de compra por causa do subconsumo na circulação econômica.

O ciclo é o seguinte: o gasto luxuoso dos proprietários na contratação de mãos livres (trabalhadores agrícolas livres) cria mais oportunidades de emprego para fabricantes e operários, cuja crescente demanda por alimentos, por sua vez, dá mais trabalho aos agricultores e, conseqüentemente, os proprietários ganham aluguéis mais altos dos agricultores. Até mesmo a ideia da "propensão dos ricos para o consumo" é encontrada em conexão com a demanda de consumo dos ricos proprietários por bens luxuosos. A teoria steuartiana da demanda efetiva parece assim ter sido concebida como uma reformulação das ideias de Hume sobre indústria e costumes do ponto de vista da demanda.

Ademais, segundo Karayiannis (1994) a questão do desemprego permaneceu sem solução devido a uma persistente deficiência da demanda de consumo, uma vez que o governante deve investir tanto dinheiro público quanto privado na circulação econômica. Steuart tentou projetar um grande sistema de política econômica que consistia em políticas monetárias, de crédito, fiscais e tributárias. A questão do desemprego inclui dois tipos distintos

de desemprego, ou seja, voluntário (“ociosidade”) por um lado e involuntário por outro (STEUART, 1767).

Quanto ao primeiro, o estadista teria apenas que empregar as políticas de imposição de um imposto sobre os trabalhadores preguiçosos ou de aumento do preço de subsistência. É com a segunda que Steuart estava preocupado na fase do "comércio interno", onde a demanda estrangeira por bens manufaturados já foi perdida. Steuart enfatizou que uma economia madura no último estágio do comércio enfrenta várias dificuldades em relação ao desemprego crônico e estrutural (STEUART, 1767).

Este entendimento factual sobre a "economia" como um componente independente e essencial da "sociedade industrial" moderna poderia ser tomado como significando sua descoberta do conceito, assim desconhecido, de desemprego involuntário. A este respeito, ele discordava de Hume sobre a fidedignidade das proposições universais da seguinte forma:

*But however, intricate they may seem, it is certain, that general principles, if just and sound, must always prevail in the general course of things, though they may fail in particular cases; and it is the chief business of philosophers to regard the general course of things. I may add that it is also the chief business of politicians (HUME, 1752, p. 254).*

Segundo Cunningham (1891), a característica mais proeminente da metodologia de Steuart é seu conceito sobre o "espírito do povo", pois é um conjunto de opiniões relativas à moral, ao governo e às maneiras recebidas pelo povo e confirmadas pelo hábito de que, a longo prazo, constitui a base de todas as leis do referido povo. Portanto, quando uma sociedade moderna entra numa nova etapa de desenvolvimento econômico, "o espírito de um povo" deve se transformar por si só. Contudo, ele muda apenas em grau lento e constante, de modo que um estadista deve fazer uso da razão em vez de artifícios para provocar essa mudança.

Ao se voltar e trabalhar sobre o espírito de um povo", como disse Steuart, "nada é impossível para um estadista capaz". Portanto, ele considerou a aplicação ingênua dos princípios à realidade sem considerar cuidadosamente "o espírito de um povo" como "abuso" e advertiu o estadista contra tal ação. O "espírito de um povo" funciona mais efetivamente como um aparelho conceitual para ajustar o conflito de interesses entre proprietários e interesses monetários nas políticas de crédito público e impostos do estadista. O que, portanto, depende do espírito de um povo, não pode ser mudado, mas em consequência de uma mudança desse espírito (Steuart 1767: 3, 187).

Em última instância deve-se apresentar as teorias morais de Francis Hutcheson, professor de Adam Smith, este que futuramente ocuparia cadeira de seu mentor como professor de Filosofia Moral da Universidade de Glasgow entre os anos de 1752 até 1764. Os ensinamentos de Hutcheson tiveram um impacto profundo no desenvolvimento intelectual de Smith, especialmente no campo da filosofia moral. Mais tarde, Smith reconheceu sua influência e expressou sua admiração por seu antigo professor. Acredita-se que sua ênfase nos sentimentos morais e na importância da benevolência e da simpatia influenciou muito as ideias e teorias de Smith, que mais tarde foram exploradas em suas obras, como "A Teoria dos Sentimentos Morais" e "A Riqueza das Nações" (HAAKONSEN, 2006).

Contudo, Smith (1982) e Hutcheson (2004) divergiam sobre as noções de epistemologia moral, já que a teoria moral de Hutcheson, disposta em sua obra "Uma Investigação sobre a Origem de Nossas Ideias de Beleza e Virtude" (IONI) enfatizava os sentimentos ou intuições morais inatas como base para os julgamentos éticos. Ele acreditava que os indivíduos possuem um senso moral natural que lhes permite perceber o certo e o errado. Por outro lado, Smith ampliou essa noção e argumentou que os julgamentos morais são moldados por meio de um processo de simpatia e de espectador imparcial, em que os indivíduos se imaginam na posição dos outros para avaliar a propriedade das ações. Também divergiam sobre a natureza da moralidade, pois a teoria moral de Hutcheson (2004) se concentrava na ideia de benevolência ou na busca da felicidade geral de todos. Ele considerava as ações morais como aquelas que promovem a maior quantidade de felicidade para o maior número de pessoas. Smith (1982), embora reconhecesse a importância da benevolência, também enfatizava o interesse próprio e a busca da felicidade individual como os principais motivadores do comportamento humano. Ele argumentou que a busca do interesse próprio, quando orientada por mecanismos de mercado, pode levar a benefícios sociais gerais por meio do conceito da mão invisível.

Outro ponto sobre o qual discordavam era a função da simpatia, tanto Hutcheson (2004) quanto Smith (1982) reconheceram a função da simpatia nos julgamentos morais, mas a abordaram de forma diferente. Contudo, o primeiro via a simpatia como uma capacidade natural que permite que os indivíduos sintam as emoções dos outros. O segundo desenvolveu esse conceito e o expandiu para uma teoria social da simpatia. Ele argumentou que a simpatia ajuda os indivíduos a entender as perspectivas e as emoções dos outros, permitindo que eles façam julgamentos morais e se envolvam em cooperação social.

Por fim, o escopo da teoria moral de Hutcheson (2004) concentrou-se principalmente na ética e nas ações morais individuais. Ele explorou questões de dever, virtude e avaliação do

caráter moral. Em contrapartida, a teoria moral de Smith (1982) foi além da ética e incorporou dimensões socioeconômicas. Ele examinou como os sentimentos morais e o comportamento econômico interagem, discutindo tópicos como a divisão do trabalho, a troca de mercado e o papel das instituições na formação do comportamento moral.

### **CAPÍTULO 3 – AS TEORIAS MORAIS E ECONÔMICAS DE ADAM SMITH E DAVID HUME**

Neste capítulo, o trabalho se aprofundará nas filosofias de Adam Smith, uma vez que o foco está em duas teorias fundamentais apresentadas por ele em suas obras: A Teoria dos Sentimentos Morais (TSM) e sua teoria econômica apresentada em A Riqueza da Nações (RN), bem como as filosofias de David Hume, cujo foco está também disposto em duas obras: Tratado da Natureza Humana (TNH) e seus Ensaios morais, políticos e literários. Ao explorar as interconexões entre essas teorias, o objetivo será desvendar a intrincada relação que existe na estrutura intelectual de Smith. Este capítulo serve como porta de entrada para a compreensão de como os sentimentos morais sustentam as interações econômicas, fornecendo, em última análise, insights sobre a rica tapeçaria das contribuições filosóficas de Adam Smith.

Inicialmente, deve-se explorar A Teoria dos Sentimentos Morais de Smith. Essa teoria gira em torno da natureza inerente dos seres humanos e de sua capacidade de empatia, julgamento moral e interações sociais. Ao mergulhar nas profundezas dessa teoria, podemos obter uma compreensão profunda dos fundamentos éticos que regem a conduta humana. Examinamos como a teoria de Smith elucidada o papel da simpatia, do espectador imparcial e da busca da virtude na formação do caráter individual e da harmonia social.

De acordo com Smith (1982), os sentimentos morais são as respostas emocionais ou julgamentos que os indivíduos têm em relação às ações, ao caráter e às intenções dos outros. Esses sentimentos morais surgem da capacidade de se imaginar na situação dos outros e de sentir e reagir às suas alegrias, tristezas e lutas. Smith argumentou que os sentimentos morais são universais e formam a base do julgamento moral, proporcionando um senso de certo e errado (SMITH, 1982).

Smith identificou vários sentimentos morais importantes que moldam o comportamento humano. Um deles é a simpatia, que ele considerava o sentimento moral mais importante, pois afirma que os seres humanos têm uma capacidade inata de simpatia, que forma a base dos sentimentos morais, apresentado nas primeiras parte e seção da TSM, nomeada “Da Propriedade da Ação”. A simpatia, na visão de Smith, é a capacidade de sentir e entender as emoções e experiências dos outros, e serve como base para as avaliações morais de suas ações.

De acordo com Smith, a propriedade da ação refere-se à conformidade de uma ação com os padrões e princípios morais aceitos em uma determinada sociedade. Ele sugere que os indivíduos possuem um senso interno do que é apropriado ou adequado, orientado por sua

compreensão solidária dos outros. As ações que se alinham com esses padrões morais são consideradas adequadas ou corretas, enquanto as que se desviam delas são consideradas impróprias ou erradas (SMITH, 1982).

Quando alguém vê uma pessoa em sofrimento, por exemplo, o indivíduo naturalmente sente simpatia por ela e pode se sentir motivado a ajudar ou aliviar seu sofrimento. Smith argumentou que a simpatia é uma parte essencial da natureza humana e desempenha um papel central na tomada de decisões morais. Dessa forma o autor explora como os indivíduos fazem julgamentos sobre a propriedade da ação, considerando as intenções, os motivos e as consequências do comportamento. Ele argumenta que tais fatores moldam a avaliação moral das ações, e os indivíduos tendem a atribuir valor moral com base em suas percepções desses elementos (SMITH, 1982).

Ademais, é introduzido nessa seção o conceito de espectador imparcial, um observador imaginário que representa os sentimentos e opiniões gerais da sociedade. Os indivíduos geralmente consideram a perspectiva desse espectador imparcial ao avaliar a propriedade de suas ações. Os julgamentos e as expectativas desse observador interno influenciam os sentimentos morais de um indivíduo, que se esforça para se adequar aos padrões percebidos de propriedade (SMITH, 1982).

Em resumo, a primeira seção destaca a importância da propriedade da ação no julgamento moral e na formação de sentimentos morais. Ao explorar o papel da simpatia e a influência das normas sociais, ele estabelece as bases para entender como os indivíduos avaliam o valor moral de suas próprias ações e das ações dos outros. O conceito de propriedade da ação serve como um princípio fundamental em A Teoria dos Sentimentos Morais de Smith, moldando sua exploração da ética e do comportamento humano (SMITH, 1982).

Outro sentimento moral discutido por Smith é a aprovação ou desaprovação, abordado na segunda seção da primeira parte da TSM, nomeada “Do Mérito e Demérito”. De acordo com Smith, os indivíduos têm uma tendência inata de aprovar ou desaprovar as ações e o caráter dos outros com base em seus sentimentos morais. Ele argumenta que os sentimentos morais de aprovação e desaprovação atuam como reguladores sociais, orientando o comportamento e promovendo a coesão social. Já que fornecem aos indivíduos uma estrutura para entender e navegar pelas complexidades das escolhas morais e interações sociais. Assim, aprovação ou mérito é a avaliação moral positiva de ações que são percebidas como virtuosas, louváveis ou benéficas para a sociedade, enquanto a desaprovação ou demérito é a avaliação moral negativa de ações que são vistas como viciosas, censuráveis ou prejudiciais. Portanto, argumenta que



essas avaliações morais são guiadas pelos sentimentos morais e desempenham um papel significativo na formação da conduta moral dos seres humanos, uma vez que atuam como reguladores sociais, de modo a orientar o comportamento e promover a coesão social (SMITH, 1982).

É enfatizado que a aprovação e a desaprovação não se baseiam apenas nas consequências de uma ação, mas também são influenciadas por considerações de intenções, motivos e adesão a princípios morais. Ele postula que os indivíduos possuem um senso inato de justiça e equidade que contribui para a avaliação moral das ações já que reconhece que os indivíduos levam em conta as opiniões e os julgamentos dos outros em sua avaliação do valor moral. As opiniões e normas da sociedade, bem como a influência do espectador imparcial, moldam a atribuição de mérito e demérito (SMITH, 1982).

Além disso, há o sentimento moral de justiça, apresentado na primeira seção referente à segunda parte, nomeada “Do Senso de Mérito e Demérito”, que envolve o senso de equidade e imparcialidade. Smith argumenta que os indivíduos têm um senso de justiça inerente que orienta seus julgamentos sobre o que é certo e errado em termos de justiça distributiva, ou a distribuição justa de recursos e benefícios na sociedade. Pois acreditava que esse senso de justiça é moldado pelos sentimentos morais individuais, especialmente a simpatia e a imparcialidade, e serve como base para os julgamentos morais em questões relacionadas à propriedade, à riqueza e às desigualdades sociais. Assim, os indivíduos geralmente avaliam seu próprio comportamento colocando-se na posição de espectador imparcial. Eles se projetam imaginativamente fora de suas próprias perspectivas e avaliam suas ações como se fossem um observador imparcial. Esse julgamento interno contribui para o desenvolvimento de um senso de mérito ou demérito, influenciando os sentimentos morais de um indivíduo (SMITH, 1982).

Argumenta-se que as opiniões e os julgamentos do espectador imparcial desempenham um papel fundamental na formação da avaliação moral de um indivíduo. O espectador avalia as intenções, os motivos e as consequências das ações, considerando se elas estão em conformidade com os princípios morais estabelecidos. As ações consideradas virtuosas, justas e de acordo com esses princípios provocam um senso de mérito, enquanto as ações que violam esses princípios provocam um senso de demérito. Por meio do conceito de espectador imparcial, é enfatizada a natureza social da avaliação moral. Pois sugere-se que os indivíduos são profundamente influenciados pelas expectativas e padrões de sua sociedade e que a aprovação ou desaprovação dos outros afeta significativamente seu próprio senso de mérito e demérito (SMITH, 1982).

Ao explorar o senso de mérito e demérito nesta seção, Smith fornece insights sobre os processos cognitivos e imaginativos que fundamentam o julgamento moral. Ele destaca o papel do espectador imparcial como um guia moral interno, que coordena e molda os sentimentos morais de um indivíduo e influencia sua compreensão do comportamento ético (SMITH, 1982).

Enfatiza-se, também, o papel da prudência, ou interesse próprio, nos sentimentos morais, abordada na primeira seção da quarta parte da TSM, nomeada “Do Efeito da Utilidade sobre o Sentimento de Aprovação”, no qual é argumentado que os indivíduos têm naturalmente uma tendência interesseira, baseada na conexão entre utilidade ou a percepção da utilidade ou dos benefícios de uma determinada ação e o sentimento de aprovação. E dessa forma o indivíduo irá buscar seu próprio interesse e a se envolver em ações que maximizem seu próprio bem-estar ou sua autopreservação, o que influencia seus julgamentos e ações morais (SMITH, 1982).

Smith acreditava que a prudência, quando guiada por sentimentos morais, pode levar a resultados benéficos para a sociedade como um todo, já que os indivíduos são naturalmente motivados a buscar seus próprios interesses de forma consistente com o bem-estar de outrem (SMITH, 1982).

Entretanto, Smith vai além de um entendimento restrito de interesse próprio e prudência. Ele enfatiza que os sentimentos morais, como a simpatia e o espectador imparcial, também desempenham um papel importante na avaliação das ações e na determinação de seu valor moral. Smith argumenta que, embora o interesse próprio possa motivar os indivíduos, o sentimento de aprovação ou desaprovação decorre de uma avaliação mais ampla que inclui considerações de justiça, equidade e o impacto sobre os outros (SMITH, 1982).

Apresentados os mais importantes sentimentos morais que, segundo Smith, conduziam o comportamento e as decisões individuais, deve-se comparar as similaridades entre sua teoria moral e a de seus contemporâneos e mentores, nomeadamente Hume e Hutcheson.

Tanto Hutcheson quanto Smith acreditavam que a simpatia era uma qualidade inata dos seres humanos. Hutcheson argumentou que os seres humanos possuem um senso moral natural ou uma faculdade que lhes permite perceber e reagir às emoções e experiências dos outros. Da mesma forma, Smith postulou que os seres humanos são dotados de uma capacidade natural de simpatia, que lhes permite se conectar emocionalmente e entender os sentimentos de seus semelhantes (HUTCHESON, 2004; SMITH, 1982). Ademais, ambos consideravam a simpatia como um fator essencial no julgamento moral. Hutcheson propôs que nosso senso moral nos permite discernir entre ações morais e imorais, com a simpatia desempenhando um papel

central nesse processo. Smith, em sua teoria dos sentimentos morais, sugeriu que a simpatia forma a base de nossas avaliações e julgamentos morais. De acordo com Smith, respondemos emocionalmente às ações e ao caráter dos outros por meio de sentimentos de simpatia, que moldam nossas avaliações morais.

Segundo Broadie (2006), para discernir entre as ações morais e imorais tanto Hutcheson quanto Smith introduziram o conceito de espectador imparcial. O primeiro argumentou que nossos julgamentos morais são influenciados por um espectador internalizado que observa imparcialmente nossas ações. Da mesma forma, Smith postulou a existência de um espectador imparcial dentro de nós que julga nosso comportamento de um ponto de vista objetivo. Esse espectador imparcial ajuda a orientar nossos julgamentos morais e fornece um padrão para avaliarmos nossas ações (HUTCHESON, 2004; SMITH, 1982, BROADIE, 2006).

Por fim, Hutcheson e Smith acreditavam que a simpatia desempenha um papel fundamental na promoção da coesão social e do comportamento virtuoso. Hutcheson enfatizou que a simpatia leva à benevolência e que ações benevolentes contribuem para o bem-estar geral da sociedade. Da mesma forma, Smith argumentou que a simpatia é fundamental para manter a harmonia social e a conduta moral. Ele argumentou que nossas respostas simpáticas às emoções e experiências dos outros incentivam a benevolência, a cooperação e o desenvolvimento do caráter virtuoso (HUTCHESON, 2004; SMITH, 1982).

Hume, por sua vez, enfatiza em seu Tratado sobre a Natureza Humana a importância da simpatia nos julgamentos morais. Segundo ele, o indivíduo possui uma capacidade inata de se colocar no lugar de outrem e sentir o que sentem. Essa identificação simpática os permite entender e reagir emocionalmente às ações, intenções e caráter dos outros. Hume acreditava que nossos sentimentos morais se baseiam nessa capacidade de simpatia, o que nos leva a aprovar ações que provocam emoções positivas, como benevolência, bondade e generosidade, e a desaprovar ações que provocam emoções negativas, como crueldade, engano ou injustiça (SUTCLIFFE, 2023).

Hume, acreditava que os julgamentos morais não se baseiam em deduções racionais, mas surgem de nossos sentimentos, emoções e paixões. Segundo Sutcliffe (2023, p. 71–72):

*Sympathy, Hume argued in the Treatise, was a universal and quasi-physical feature of human nature. It functioned analogously to musical resonance: “As in strings equally wound up, the motion of one communicates itself to the rest; so all affections readily pass from one person to another, and beget correspondent movements in every human creature.” (Hume, Treatise, 576 [III.III.i]). In another oft-noted physical metaphor, Hume wrote that “the minds of men are mirrors to one another,” reflecting one another’s emotions ad infinitum (Hume, Treatise, 365 [II.II.iv]). This mechanical model of sympathy was in itself value neutral and therefore did not lead*

*directly to moral behaviour. In place of Hutcheson's elision of the sympathetic and the moral sense, Hume introduced a crucial intermediate step: the desire for approbation. Knowing that our sentiments resonate in the minds of others, we naturally wish them to resonate positively. This desire for the approval of others is an extension of our pride: our natural and healthy approval of ourselves.*

No terceiro livro da TNH Hume aborda aspectos centrais da filosofia moral e apresenta sua teoria, que pode ser resumida como uma forma de sentimentalismo ou subjetivismo moral, cujo centro é o conceito de sentimentos morais. Ele argumentou que nossos julgamentos morais e distinções entre o certo e o errado não são derivados apenas da razão ou de princípios abstratos, mas que surgem dos sentimentos e emoções do indivíduo. Em vez disso, eles se baseiam em nossas respostas emocionais a várias situações, assim os julgamentos morais são expressões de nossos sentimentos de aprovação ou desaprovação, que surgem dos sentimentos naturais de simpatia ou empatia pelos outros. Portanto, sugere que, ao testemunhar ações benéficas, bondosas ou virtuosas, sente-se uma simpatia ou aprovação natural em relação a elas. Por outro lado, ao observar ações prejudiciais, cruéis ou perversas, sente-se uma antipatia ou desaprovação natural, que Hume trata como uma extensão do orgulho individual, como exposto no excerto, “da natural e saudável aprovação de nós mesmos”, que serviria como um mediador das virtudes (HUME, 2016; SUTCLIFFE, 2023).

Na segunda parte do livro, nomeado “Da Justiça e da Injustiça”, Hume se aprofunda no conceito de justiça e explora os fundamentos de sua teoria moral. Essa seção se concentra em como os sentimentos morais e interações sociais individuais moldam a compreensão de justiça e injustiça. O autor reconhece que justiça é uma virtude fundamental que tem importância significativa na sociedade e argumenta que a justiça, ao contrário de outras virtudes, não se baseia apenas em sentimentos ou preferências pessoais, mas tem uma dimensão social. A justiça envolve a distribuição justa de recursos, o respeito aos direitos de propriedade e a adesão a contratos e acordos sociais (HUME, 2016).

Hume sugere que o senso individual de justiça surge de uma combinação dos sentimentos naturais de uma pessoa e das convenções e práticas que governam suas interações. Ele propõe que seus sentimentos de justiça surgem de sua capacidade de simpatia ou da capacidade de se colocar na posição dos outros e sentir o que eles sentem. Portanto, ao testemunhar atos de injustiça, o ser humano naturalmente experimenta sentimentos de desaprovação e ressentimento. Esses sentimentos decorrem de sua compreensão solidária do dano ou da injustiça infligida aos outros. Da mesma forma, os atos de justiça evocam sentimentos de aprovação e gratidão, pois reconhecem o tratamento equitativo e o respeito aos direitos dos outros (HUME, 2016).

Ademais, na terceira parte do livro, intitulado "Das Outras Virtudes e Vícios", Hume explora várias virtudes e vícios além da justiça, examinando suas origens, natureza e o papel dos sentimentos morais em nossas avaliações dessas qualidades. Esta seção investiga uma ampla gama de virtudes e vícios morais, lançando luz sobre como nossos sentimentos informam nossos julgamentos morais. Começa por enfatizar que virtudes e os vícios não são qualidades inerentes aos objetos ou às ações em si, mas são atribuídas pelos observadores com base em seus sentimentos. Ele argumenta que as virtudes são aquelas qualidades que provocam sentimentos de aprovação e são geralmente benéficas para a sociedade (como benevolência, bondade, generosidade etc.) por gerarem sentimentos positivos e são consideradas moralmente louváveis em diferentes sociedades. Enquanto os vícios são qualidades que provocam sentimentos de desaprovação e prejudicam a harmonia social (como crueldade, o engano, a ingratidão etc.), uma vez que causam danos ou rompem os laços sociais. Esses vícios evocam sentimentos de desaprovação e geralmente são vistos como moralmente repreensíveis (HUME, 2016).

Hume argumenta que os sentimentos de aprovação ou desaprovação em relação a essas virtudes e vícios são derivados da capacidade de simpatia. Dessa forma, tal como anteriormente proposto ao testemunhar atos de benevolência, por exemplo, ocorrerá naturalmente uma aprovação simpática e haverá o reconhecimento do impacto positivo sobre os outros. Da mesma forma, atos de crueldade ou fraude provocarão sentimentos de desaprovação, pois existe a empatia pelo dano causado aos outros. É importante ressaltar que Hume reconhece que os sentimentos morais não são universais, e assim sendo, podem ser influenciados por uma variedade de fatores, incluindo normas culturais, educação e experiências pessoais. Dessa forma, sociedades diferentes podem ter ênfases diferentes em virtudes e vícios específicos, o que leva a avaliações morais diferentes. Essas avaliações possuem o papel de, por meio da razão, orientar e refinar os sentimentos morais do indivíduo, e assim fornece uma perspectiva mais ampla e auxilia no reconhecimento as consequências de longo prazo das ações. Contudo, a razão por si só não pode determinar verdades morais objetivas ou estabelecer um código moral universalmente aplicável (HUME, 2016).

Portanto, apresentadas as teses de cada um dos autores percebe-se que tanto Hutcheson por meio da IONI, quanto Hume por meio da TNH são proponentes do sentimentalismo, tal que afirmem que os julgamentos morais são baseados em sentimentos e emoções, e não na razão pura. Eles argumentaram que as distinções morais surgem de nossos sentimentos naturais e respostas emocionais a várias ações e traços de caráter. Smith, por sua vez, acreditava que os

juízos morais são formados por meio de um processo de imaginação solidária, em que os indivíduos se colocam na posição dos outros e imaginam como suas ações os afetariam. Esse processo imaginativo é guiado pela razão, permitindo que os indivíduos avaliem a adequação e as consequências morais de suas ações.

De acordo com Smith, a razão ajuda os indivíduos a considerar vários fatores, como a perspectiva do espectador imparcial, as normas sociais e o bem-estar geral dos outros. A razão permite que os indivíduos refinem seus sentimentos morais e os alinhem com o que é considerado moralmente louvável ou virtuoso. Entretanto, é importante observar que, embora a razão desempenhe um papel nos juízos morais para Smith, ele não a via como a única base ou fonte de princípios morais. Em vez disso, a razão trabalhava em conjunto com os sentimentos, especialmente a simpatia, para moldar as avaliações morais. A razão ajuda os indivíduos a navegar pelas complexidades das situações morais e a orientar seus sentimentos morais para juízos mais racionais e ponderados. Ao passo que Hume argumentou que a razão é subserviente às nossas paixões e não pode, por si só, fornecer princípios morais. Hutcheson, por outro lado, via a razão como uma ferramenta para guiar o senso moral, que permite perceber e avaliar as qualidades morais.

Há a notável ênfase que os três autores dão à simpatia como elemento fundamental do pensamento moral. Eles acreditavam que nossa capacidade de sentir empatia e simpatia pelos outros nos permite entender suas experiências e informa nossas avaliações morais. A simpatia é vista como um mecanismo fundamental para gerar sentimentos morais e moldar os juízos morais, baseados na capacidade de discernir entre o certo e o errado.

Por fim, Hume e Hutcheson tinham uma visão mais subjetiva da moralidade, sugerindo que os valores e juízos morais são subjetivos e dependem de perspectivas individuais ou culturais. Smith, embora reconhecesse o papel dos sentimentos subjetivos, também defendia a existência de um padrão moral universal baseado em princípios como simpatia e espectador imparcial.

### **3.1 – A Teoria Econômica de Hume**

Em seu “Ensaio Morais, Políticos e Literários” de 1777, em especial nos ensaios “Sobre Comércio”, “Sobre a Balança Comercial”, “Sobre Dinheiro”, e “Sobre a Dívida Pública” Hume exprime suas opiniões sobre comércio internacional, teoria monetária e a

relação entre oferta de moeda e preços. Assim, tais ensaios oferecem perspectivas valiosas sobre questões econômicas sob sua ótica.

O ensaio “Sobre Comércio” de Hume é uma obra importante na qual ele discute vários aspectos econômicos e os benefícios do livre comércio, a divisão do trabalho, o papel do dinheiro e os efeitos do comércio na sociedade. Nesse ensaio, Hume apresenta suas ideias econômicas de forma sistemática e envolvente, começando com a afirmação de que o comércio e a indústria são essenciais para a prosperidade e o progresso das nações. Ele argumenta que a agricultura, a manufatura e o comércio contribuem para o crescimento da riqueza e do poder de uma nação. Hume enfatiza que a atividade econômica, impulsionada pelo interesse próprio e pela busca de ganhos pessoais, leva à melhoria geral da sociedade. Um dos principais conceitos que Hume explora no ensaio é a divisão do trabalho. Ele destaca os ganhos de eficiência e produtividade que resultam quando os indivíduos se especializam em determinadas tarefas (HUME, 1777).

Dessa forma, argumenta que, quando as pessoas se concentram no que fazem melhor, elas podem produzir mais e melhores produtos, o que leva ao crescimento econômico geral. Ele reconhece o papel da especialização na promoção do progresso econômico e na elevação do padrão de vida de todos os membros da sociedade. Hume também discute os benefícios do comércio internacional. Ele argumenta que o comércio dá às nações acesso a bens e recursos que elas talvez não consigam produzir internamente. Ao se envolverem em trocas livres, as nações podem explorar suas vantagens comparativas e se especializar na produção de bens nos quais têm uma vantagem relativa. Hume enfatiza que o livre comércio beneficia todas as nações participantes, pois permite que elas adquiram bens a um custo menor e tenham acesso a uma variedade maior de produtos (HUME, 1777).

Ao examinar o papel do dinheiro nas transações econômicas, Hume enfatiza a importância de um sistema monetário estável e confiável. Ele adverte contra a desvalorização da moeda ou a manipulação de seu valor, pois essas ações podem prejudicar a estabilidade econômica. Hume reconhece o papel da moeda como um meio de troca que permite que o comércio funcione sem problemas. Ele enfatiza a importância de manter a confiança no sistema monetário e garantir que a moeda retenha seu valor ao longo do tempo. Hume também desafia as visões mercantilistas predominantes de sua época. Ele critica a crença de que o acúmulo de metais preciosos, como ouro e prata, é o único indicador da riqueza de uma nação. Em vez disso, ele argumenta que a verdadeira riqueza está na capacidade produtiva de uma nação e em sua habilidade de criar bens e serviços que atendam às necessidades das pessoas. Ao longo do

ensaio, Hume defende uma compreensão mais matizada da riqueza, concentrando-se nas capacidades produtivas e nas atividades econômicas que contribuem para a riqueza de uma nação, enquanto demonstra sua visão cética em relação às políticas protecionistas e à regulamentação estatal excessiva (HUME, 1777).

Ele argumenta que os indivíduos e os mercados são mais adequados para tomar decisões econômicas para alocar recursos de forma eficiente, adverte contra a interferência no funcionamento natural dos mercados e enfatiza a importância da livre troca e da concorrência como impulsionadores do progresso econômico. No geral, o ensaio apresenta uma exploração abrangente e diferenciada de várias questões econômicas. Seus argumentos a favor do livre comércio, da divisão do trabalho e da importância de um sistema monetário estável continuam a ressoar no pensamento econômico moderno (HUME, 1777).

O ensaio de Hume “Sobre a Balança Comercial” explora o conceito de balança comercial e desafia as visões mercantilistas predominantes de sua época. Nesse ensaio, Hume examina criticamente a ideia de que a força econômica de uma nação é medida por uma balança comercial favorável, em que as exportações excedem as importações, e defende um entendimento mais sutil do comércio internacional, desmascarando a noção de que uma balança comercial positiva leva necessariamente à riqueza e à prosperidade econômica. Ele argumenta que o valor do comércio não deve ser medido apenas pelo acúmulo de ouro e prata, como acreditavam os mercantilistas. Em vez disso, ele argumenta que a verdadeira riqueza está na capacidade produtiva de uma nação e em sua habilidade de criar bens e serviços que atendam às necessidades das pessoas. Ele enfatiza que o objetivo do comércio deve ser maximizar a riqueza e o bem-estar geral de uma nação, em vez de simplesmente acumular um excedente de metais preciosos (HUME, 1777).

Hume contesta a noção de que os desequilíbrios comerciais são inerentemente negativos, argumentando que eles são apenas o resultado das forças do mercado e da dinâmica natural da oferta e da demanda. Ele afirma que os desequilíbrios comerciais podem ser temporários e autocorrigidos à medida que os preços se ajustam para reequilibrar os fluxos comerciais. Hume afirma que as tentativas de manipular artificialmente a balança comercial por meio de medidas protecionistas ou restrições comerciais são, em última análise, contraproducentes e prejudiciais à economia de uma nação. Hume também reconhece os benefícios do comércio internacional e os ganhos da especialização e da vantagem comparativa. Ele explica que diferentes nações têm diferentes recursos, habilidades e capacidades e, portanto, o comércio permite que elas se especializem na produção de bens e



serviços nos quais têm uma vantagem relativa. Hume argumenta que, ao se envolverem no livre comércio, as nações podem maximizar sua produção econômica geral e se beneficiar da diversidade e variedade de bens disponíveis no mercado global (HUME, 1777).

Hume também aborda a ideia de desequilíbrios comerciais, argumentando que eles podem ser benéficos em determinadas circunstâncias. Ele sugere que, se uma nação importa mais bens e serviços do que exporta, isso significa que seus cidadãos têm um padrão de vida mais elevado e desfrutam de uma gama maior de opções de consumo. Hume argumenta que o objetivo do comércio deve ser o de aumentar o bem-estar geral dos cidadãos de uma nação e que os déficits comerciais não devem ser vistos como inerentemente prejudiciais. Ao longo do ensaio, Hume enfatiza a importância de permitir que as forças do mercado determinem o padrão e o volume do comércio. Ele defende um sistema de comércio livre e aberto, no qual indivíduos e empresas são livres para se envolver em trocas voluntárias com base em seus próprios interesses. Hume argumenta que, ao remover as barreiras ao comércio e aplicar os princípios da vantagem comparativa, as nações podem maximizar sua riqueza e prosperidade (HUME, 1777).

O ensaio “Sobre a balança comercial” faz uma crítica cuidadosa às políticas comerciais mercantilistas e oferece uma compreensão mais sutil do comércio internacional. Sua argumentação a favor do livre comércio, da especialização e do foco na riqueza e prosperidade agregadas teve uma profunda influência no pensamento econômico posterior (HUME, 1777).

O ensaio “Sobre Dinheiro” examina a natureza e as funções do dinheiro, explorando suas origens, seu valor e seu papel na facilitação das transações econômicas. Ele discute as origens do dinheiro e argumenta que seu surgimento é o resultado do desenvolvimento gradual do comércio. Ele afirma que a introdução do dinheiro como meio de troca resolveu as dificuldades inerentes ao escambo, em que os indivíduos tinham de trocar mercadorias diretamente por mercadorias. O dinheiro, de acordo com Hume, proporciona um meio mais conveniente e eficiente de realizar transações porque serve como um meio de troca universalmente aceito (HUME, 1777).

Um dos principais aspectos abordados por Hume é a noção do valor do dinheiro. Ele argumenta que o dinheiro deriva seu valor da confiança que as pessoas depositam nele, e não de qualquer valor intrínseco que possua. Para ele, o valor do dinheiro não se baseia no material de que é feito, como ouro ou prata, mas sim no acordo social e psicológico de que ele tem valor e pode ser trocado por bens e serviços. Sua ênfase é que o valor do dinheiro é subjetivo e depende de sua aceitação pelos indivíduos no mercado. Ele também explora a relação entre a

quantidade de moeda em circulação e seu efeito sobre os preços. Ele introduz a teoria quantitativa da moeda, que afirma que um aumento na oferta de dinheiro em relação à disponibilidade de bens e serviços levará à inflação. Por outro lado, uma diminuição na oferta de moeda levaria à deflação. Hume reconhece que as mudanças na quantidade de moeda afetam os preços relativos e o poder de compra, mas também reconhece que a relação é complexa e influenciada por vários fatores, como a produção, o consumo e a velocidade da moeda (HUME, 1777).

Hume também discute o papel do governo no gerenciamento do sistema monetário. Ele adverte contra a tentação dos governos de manipular o valor da moeda por meio da desvalorização ou da mudança arbitrária do padrão da moeda. Hume argumenta que tais ações minam a confiança no sistema monetário e levam à instabilidade econômica. Ele enfatiza a importância de manter uma estrutura monetária estável e previsível que preserve a integridade e o valor da moeda. Além de suas funções econômicas, Hume reconhece as implicações sociais da moeda. Ele destaca como o dinheiro serve como uma ferramenta para a cooperação social e a divisão do trabalho, permitindo que os indivíduos se especializem em habilidades específicas e troquem seus bens e serviços com outros. O dinheiro facilita as interações econômicas, promove a confiança entre os indivíduos e incentiva o desenvolvimento de sistemas de mercado complexos (HUME, 1777).

O ensaio de Hume “Sobre Dinheiro” fornece uma análise abrangente da natureza e das funções do dinheiro em um contexto econômico e social. Suas percepções sobre as origens, o valor e a função do dinheiro estabelecem a base para as teorias e discussões econômicas posteriores. A ênfase de Hume na importância da confiança, da estabilidade e da aceitação do dinheiro como meio de troca continua relevante para a compreensão dos princípios fundamentais da economia monetária (HUME, 1777).

Por fim, O ensaio de Hume “Sobre a Dívida Pública” explora a natureza e as consequências do crédito público, concentrando-se no papel da dívida do governo nos assuntos econômicos. Nesse ensaio, Hume faz uma análise crítica dos benefícios, riscos e limitações do crédito público, lançando luz sobre as implicações econômicas e morais associadas ao empréstimo do governo. Hume inicia reconhecendo a utilidade do crédito público como um meio para os governos financiarem projetos públicos, cumprirem obrigações financeiras e facilitarem o crescimento econômico. Ele reconhece que o empréstimo público pode ser uma ferramenta valiosa em momentos de emergência ou quando os governos não têm receita

suficiente. Entretanto, Hume também destaca os possíveis perigos e riscos associados à dívida pública excessiva (HUME, 1777).

Uma das principais questões abordadas por Hume é o impacto do endividamento público sobre as taxas de juros e a acumulação de capital. Ele argumenta que o endividamento excessivo do governo pode levar a taxas de juros mais altas, o que pode afastar o investimento privado e prejudicar o crescimento econômico. Hume adverte contra o fato de os governos dependerem excessivamente de empréstimos, pois isso pode desviar recursos de usos produtivos e distorcer a alocação de capital na economia. Também são exploradas as implicações morais dos empréstimos públicos, pois são levantadas preocupações sobre a transferência intergeracional dos ônus da dívida, pois as gerações futuras podem arcar com os custos das dívidas contraídas pelas gerações anteriores, uma noção que viria depois a ser elaborada na chamada Equivalência Ricardiana. Hume enfatiza a importância da equidade intergeracional, argumentando que os governos devem exercer prudência e responsabilidade em suas decisões de empréstimo para garantir que os custos sejam distribuídos de forma justa entre as gerações (HUME, 1777).

Hume também discute os riscos e perigos inerentes aos empréstimos soberanos. Ele reconhece a possibilidade de os governos não cumprirem suas obrigações de dívida, o que pode levar à perda de confiança do público, ao aumento dos custos dos empréstimos e à instabilidade financeira. Hume enfatiza a importância de preservar a credibilidade e honrar as obrigações da dívida a fim de manter a confiança do público na integridade financeira do governo, examina-se, também as consequências econômicas dos altos níveis de dívida pública. Ele argumenta que uma carga excessiva de dívida pode levar a impostos mais altos ou medidas inflacionárias para pagar a dívida, o que pode ter um efeito prejudicial sobre a atividade econômica e o bem-estar individual. Hume adverte os governos para não confiarem no financiamento da dívida como solução de longo prazo e incentiva a responsabilidade fiscal para manter a estabilidade econômica (HUME, 1777).

Hume também discute o papel dos empréstimos públicos em relação à guerra e aos gastos militares. Ele destaca os perigos de empréstimos excessivos para financiar a guerra, pois isso pode levar a um ciclo vicioso de acúmulo de dívidas, tensão econômica e agitação social. Hume argumenta que os governos devem ser moderados e considerar as implicações de longo prazo da dependência da dívida para financiar empreendimentos militares. Em resumo, o ensaio de Hume “Sobre a Dívida Pública” oferece uma análise diferenciada dos benefícios, riscos e considerações morais associados ao endividamento do governo. Suas opiniões sobre

os efeitos do crédito público nas taxas de juros, na acumulação de capital, na equidade intergeracional e na estabilidade econômica contribuem para nossa compreensão das finanças públicas e dos desafios que os governos enfrentam ao administrar suas dívidas. Os argumentos de Hume servem como um lembrete da importância da prudência, da responsabilidade fiscal e da manutenção da confiança do público na área de crédito público (HUME, 1777).

### **3.2 – A Teoria Econômica de Smith**

Por sua vez, em *A Riqueza das Nações*, Adam Smith inicia o Livro I, Capítulo I, pelo conceito de divisão do trabalho. Esse capítulo, intitulado “Da divisão do trabalho”, examina os efeitos profundos da divisão do trabalho sobre a produtividade, a eficiência e o crescimento econômico. Smith destaca três motivos principais pelos quais a divisão do trabalho aumenta a produtividade. Primeiro, ela leva ao desenvolvimento de habilidades especializadas. Ao se concentrarem em tarefas ou ocupações específicas, os trabalhadores podem se tornar mais qualificados e eficientes com o tempo. Smith cita exemplos que vão desde a produção de alfinetes até a construção de navios, mostrando como a especialização permite que os trabalhadores refinem suas técnicas e aumentem sua produção (SMITH, 1994).

Em segundo lugar, Smith enfatiza a importância de economizar tempo no processo de produção. Quando os trabalhadores se especializam em determinadas tarefas, eles podem executá-las repetidamente, tornando-se mais rápidos e mais habilidosos. Esse aspecto de economia de tempo permite que um volume maior de mercadorias seja produzido em um determinado período de tempo (SMITH, 1994).

Em terceiro lugar, Smith argumenta que a divisão do trabalho incentiva o uso de maquinário e tecnologia especializados. Como os trabalhadores se concentram em tarefas específicas, eles podem desenvolver ferramentas e maquinário adaptados a essas tarefas, aumentando ainda mais a eficiência e a produtividade. Smith ilustra esse fato com exemplos como o uso de diferentes máquinas na manufatura têxtil (SMITH, 1994).

A análise de Smith sobre a divisão do trabalho vai além dos benefícios econômicos. Ele reconhece que a divisão do trabalho não apenas aumenta a produtividade, mas também tem implicações sociais. À medida que os indivíduos se especializam em determinadas tarefas, eles se tornam mais interdependentes e dependentes uns dos outros. Essa interdependência leva ao desenvolvimento de laços sociais, à cooperação e à formação de uma rede complexa de relações econômicas (SMITH, 1994).

Além disso, Smith argumenta que a divisão do trabalho não beneficia apenas os trabalhadores individuais, mas também contribui para o crescimento econômico geral e o bem-estar social. Ao aumentar a produtividade e a eficiência, a divisão do trabalho permite a produção de bens excedentes que podem ser trocados e comercializados, levando à expansão econômica e à melhoria dos padrões de vida (SMITH, 1994).

De modo geral, a exploração da divisão do trabalho feita por Smith em *A Riqueza das Nações* destaca seu poder transformador na condução do desenvolvimento econômico. De acordo com Smith, a divisão do trabalho leva a habilidades especializadas, eficiência na economia de tempo, uso de maquinário especializado, interdependência e aumento da produção. Esses fatores se combinam para promover o crescimento econômico e a prosperidade social. De modo geral, o estudo de Smith sobre a divisão do trabalho destaca seu poder de transfiguração na condução do desenvolvimento econômico, pois a divisão do trabalho leva a habilidades especializadas, eficiência na economia de tempo, uso de maquinário especializado, interdependência e aumento da produção. Esses fatores se combinam para promover o crescimento econômico e a prosperidade social (SMITH, 1994).

Ademais, Smith dedica o capítulo VI do Livro I ao tema dos componentes do preço das mercadorias. Esse capítulo, intitulado “Dos Componentes do Preço das Mercadorias”, examina os fatores que contribuem para a formação de preços em uma economia de mercado. Ele afirma que o preço de uma mercadoria é determinado pela soma de seus componentes, que incluem salários, lucros e aluguel. Ele argumenta que esses três fatores refletem os custos de produção e os retornos exigidos pelos diversos fatores de produção (SMITH, 1994).

Smith examina a função dos salários como um dos componentes do preço. Ele discute como os salários são determinados pela oferta e demanda de mão de obra, bem como pela qualidade e pelo nível de habilidade dos trabalhadores. Smith enfatiza que os salários devem ser suficientes para atender às necessidades básicas dos trabalhadores e de suas famílias, permitindo que eles reproduzam sua força de trabalho e mantenham um certo padrão de vida. Em seguida, Smith examina o papel dos lucros na determinação do preço das mercadorias. Ele observa que os lucros representam o retorno do investimento de capital e da atividade empresarial. Smith explica que os lucros são influenciados por fatores como o risco associado a um investimento, o nível de concorrência no mercado e a produtividade do capital empregado. Ele enfatiza que a concorrência tende a levar os lucros a um nível normal, no qual eles proporcionam uma recompensa razoável pelos riscos assumidos pelos empreendedores (SMITH, 1994).

Smith também discute o conceito de aluguel como um componente dos preços das *commodities*. O aluguel refere-se ao pagamento feito pelo uso da terra ou de outros recursos naturais. E ele argumenta que o aluguel decorre da escassez de certos recursos e da produtividade diferenciada da terra. À medida que a terra se torna mais produtiva ou mais procurada, seu aluguel aumenta, e esse custo acaba sendo repassado aos consumidores na forma de preços mais altos para os bens produzidos com esses recursos. Ele também examina a relação entre oferta e demanda na determinação dos preços. Ele explica como as flutuações na oferta e na demanda podem afetar os componentes do preço. Por exemplo, um aumento na demanda em relação à oferta pode levar a preços mais altos, enquanto um excesso de oferta pode levar a preços mais baixos (SMITH, 1994).

De modo geral, a análise de Smith em “Dos componentes do Preço das Mercadorias” destaca a complexa interação entre salários, lucros, aluguel, oferta e demanda na determinação dos preços das mercadorias. Ele enfatiza o papel da concorrência, da produtividade e da escassez de recursos na formação desses componentes. Por meio de sua análise, Smith fornece insights sobre as forças econômicas que impulsionam a formação de preços em uma economia de mercado e os fatores que influenciam os custos de produção e os retornos dos diferentes fatores de produção (SMITH, 1994).

Seguidamente, Smith dedica o Capítulo VII do Livro I ao tema do preço natural e de mercado das *commodities*. Esse capítulo, intitulado “Do Preço Natural e de Mercado das Mercadorias”, examina as forças que determinam o preço natural ou de longo prazo das mercadorias e como ele interage com o preço de curto prazo ou de mercado. Ele define o preço natural de uma *commodity* como o custo de produção, incluindo salários, lucros e aluguel. Ele argumenta que o preço natural reflete os custos e retornos necessários para sustentar a produção de uma *commodity* no longo prazo. Ele é influenciado por fatores como o custo da mão de obra, a produtividade do capital e a disponibilidade e a qualidade dos recursos (SMITH, 1994).

Smith contrasta o preço natural com o preço de mercado, que flutua de acordo com as forças temporárias de oferta e demanda. O preço de mercado pode se desviar do preço natural devido a fatores como mudanças nas preferências do consumidor, variações nos custos de produção ou flutuações nas condições de mercado. Smith observa que os preços de mercado podem subir acima ou cair abaixo do preço natural, mas, no longo prazo, tendem a se aproximar dele devido às forças da concorrência e à busca pelo lucro. Em seguida, ele passa a discutir o conceito de “demanda efetiva” como fator determinante na definição dos preços de mercado. A demanda efetiva refere-se ao desejo e à capacidade dos consumidores de comprar uma

mercadoria a um determinado preço. Quando o preço de mercado está abaixo do preço natural, indicando um excesso de oferta temporário, a demanda tende a aumentar, pois os consumidores percebem uma barganha. Por outro lado, quando o preço de mercado está acima do preço natural, indicando uma escassez temporária, a demanda tende a cair (SMITH, 1994).

Smith também enfatiza o papel da concorrência em aproximar os preços de mercado do preço natural ao longo do tempo. Ele argumenta que os produtores são motivados pela busca do lucro e ajustarão sua produção e seus preços em resposta às condições do mercado. Se os preços de mercado estiverem acima do preço natural e atraírem mais produtores, o aumento da oferta acabará por reduzir os preços. Por outro lado, se os preços de mercado estiverem abaixo do preço natural, alguns produtores poderão sair do mercado, reduzindo a oferta e aumentando os preços. Smith continua discutindo o impacto das interrupções no fornecimento de *commodities* sobre os preços de mercado. Por exemplo, se um desastre natural destruir uma parte significativa de uma safra, a escassez temporária elevará os preços até que a produção possa ser reposta. Assim, essas interrupções podem levar a desvios temporários dos preços de mercado em relação ao preço natural, mas, com o tempo, o equilíbrio é restaurado por ajustes na oferta e na demanda. De modo geral, a análise de Smith em “Do Preço Natural e de Mercado das Mercadorias” demonstra as forças que determinam os preços das *commodities*. À medida que ele diferencia entre o preço natural, que representa o custo de produção, e o preço de mercado, que flutua com base em condições temporárias de oferta e demanda, ressalta o papel da concorrência e da motivação do lucro para aproximar os preços de mercado do preço natural no longo prazo (SMITH, 1994).

Continuadamente, no Livro IV, o Capítulo II aborda o tema das restrições à importação de países estrangeiros. Esse capítulo, intitulado “De restrições à importação de países estrangeiros de mercadorias que podem ser produzidas no país”, explora as implicações das restrições comerciais, tarifas e políticas protecionistas na economia doméstica. Ele inicia por criticar a mentalidade mercantilista predominante em sua época, que defendia restrições às importações e o acúmulo de reservas de ouro e prata. Ele argumenta que essas políticas impedem o crescimento econômico e limitam os benefícios que podem ser obtidos com o comércio internacional. Assim, afirma que a riqueza de uma nação não é determinada por seu estoque de metais preciosos, mas sim por sua capacidade de produzir e consumir bens que satisfaçam as necessidades e os desejos de seus cidadãos (SMITH, 1994).

Smith enfatiza a importância do livre comércio e os benefícios mútuos que ele traz. Ele argumenta que o comércio permite que as nações se especializem na produção de bens nos

quais têm uma vantagem comparativa e importem bens que podem ser produzidos de forma mais eficiente por outros países. Essa especialização e intercâmbio permitem que as nações alcancem níveis mais altos de produtividade, eficiência e crescimento econômico (SMITH, 1994).

Smith critica as medidas protecionistas, como tarifas, cotas e restrições comerciais impostas pelos governos. Ele argumenta que essas medidas não apenas distorcem o fluxo natural do comércio, mas também prejudicam os consumidores domésticos ao reduzir a disponibilidade de produtos e aumentar seus preços. Smith afirma que as políticas protecionistas beneficiam apenas alguns produtores em detrimento da população em geral, uma vez que o indivíduo, por natureza investirá na indústria nacional, mesmo que não tenha o interesse de promover o interesse público, pois o faz pensando em sua própria segurança, e assim guiado por uma “mão invisível”. Tal noção é expressa no seguinte trecho:

*As every individual, therefore, endeavours as much as he can both to employ his capital in the support of domestic industry, and so to direct that industry that its produce may be of the greatest value; every individual necessarily labours to render the annual revenue of the society as great as he can. He generally, indeed, neither intends to promote the public interest, nor knows how much he is promoting it. By preferring the support of domestic to that of foreign industry, he intends only his own security; and by directing that industry in such a manner as its produce may be of the greatest value, he intends only his own gain, and he is in this, as in many other cases, led by an invisible hand to promote an end which was no part of his intention. Nor is it always the worse for the society that it was no part of it. By pursuing his own interest he frequently promotes that of the society more effectually than when he really intends to promote it. I have never known much good done by those who affected to trade for the public good. It is an affectation, indeed, not very common among merchants, and very few words need be employed in dissuading them from it (SMITH, 1994, p. 593-594).*

Smith também aponta que as restrições comerciais podem levar à retaliação de outras nações, provocando guerras comerciais e aumentando as tensões econômicas. Ele argumenta que esses conflitos acabam prejudicando todas as nações envolvidas ao minar os possíveis benefícios do comércio internacional e criar uma atmosfera de hostilidade e instabilidade econômica. Ele reconhece também que alguns setores podem precisar de proteção temporária em sua formação para se desenvolver e competir com concorrentes estrangeiros estabelecidos. No entanto, ele argumenta que essa proteção deve ser limitada em duração e escopo, e deve ter como objetivo promover a eventual capacidade dos setores nacionais de se manterem por conta própria sem o apoio contínuo do governo. De modo geral, a análise de Smith em “De restrições à importação de países estrangeiros” enfatiza os efeitos prejudiciais das medidas protecionistas sobre a economia. Ele defendeu os princípios do livre comércio, afirmando que a partir dele



nações se beneficiariam da especialização, aumentariam a eficiência e atingiriam a prosperidade (SMITH, 1994).

Por fim, Smith dedica o Livro V, Capítulo I, ao tema das despesas do soberano ou da comunidade. Esse capítulo, intitulado “Das Despesas do Estado ou da Comunidade”, examina a natureza, as fontes e as implicações dos gastos públicos. Em primeiro lugar, ele afirma que o principal dever do governo é proteger a sociedade contra agressões externas e proporcionar justiça e segurança dentro de suas fronteiras. As despesas incorridas no cumprimento dessas funções essenciais, argumenta ele, são necessárias para o bem-estar e a estabilidade de uma nação. Assim, Smith examina as várias fontes das quais o governo obtém sua receita para cobrir suas despesas. Ele identifica quatro fontes principais: receita da terra, receita do capital, receita do trabalho e receita de fontes externas, como tarifas ou impostos. Ele destaca a importância de um sistema tributário equilibrado e equitativo que minimize o ônus sobre os cidadãos e, ao mesmo tempo, gere receita suficiente para atender aos gastos públicos (SMITH, 1994).

Além disso, Smith discute as possíveis desvantagens dos gastos excessivos do governo. Ele adverte contra gastos militares excessivos, argumentando que isso pode levar a uma drenagem de recursos e impedir o progresso econômico. Ele também enfatiza a importância de manter um equilíbrio adequado entre os gastos públicos e a poupança privada, pois o excesso de gastos públicos pode levar ao acúmulo de dívida pública e à instabilidade financeira. Entretanto, Smith reconhece a necessidade de alguns gastos do governo além da defesa e da justiça. Isso inclui o fornecimento de bens e serviços públicos que são essenciais, mas que não podem ser fornecidos de forma eficiente apenas pelo mercado. Exemplos de tais bens públicos incluem infraestrutura, educação, assistência médica e instituições públicas. Smith argumenta que esses gastos, se gerenciados de forma eficaz, podem contribuir para o bem-estar geral e o progresso da sociedade (SMITH, 1994).

Além disso, Smith enfatiza a importância da transparência e da responsabilidade na gestão das finanças públicas. Ele defende a necessidade de sistemas de tributação claros e imparciais, bem como o exame minucioso e o monitoramento dos gastos públicos para garantir a alocação adequada e o uso eficiente dos recursos (SMITH, 1994).

Neste capítulo, a análise de Smith reconhece o papel legítimo do governo em incorrer em despesas necessárias para o funcionamento de uma sociedade justa e próspera. Entretanto, ele adverte contra gastos excessivos ou perdulários e defende a responsabilidade fiscal, a transparência e uma abordagem equilibrada das finanças públicas. De modo geral, “Das Despesas do Estado ou da Comunidade” fornece esclarecimentos sobre as opiniões de Smith

sobre o papel dos gastos do governo e a importância de um sistema bem administrado de finanças públicas. Sua análise contribui para nossa compreensão das implicações econômicas dos gastos do governo, das fontes de receita pública e da necessidade de uma gestão financeira responsável na busca do progresso e do bem-estar social (SMITH, 1994).

## **CAPÍTULO 4 – COMPARAÇÃO ENTRE AS TEORIAS ECONÔMICAS DOS MEMBROS DO TRIÂNGULO**

As obras de David Hume e James Steuart tiveram uma profunda influência no desenvolvimento intelectual de Adam Smith, tanto em sua filosofia moral quanto em seu pensamento econômico. Hume, amigo íntimo e mentor de Smith, desempenhou um papel crucial na formação do pensamento de Smith, especialmente no campo dos sentimentos morais. Nesse sentido, este capítulo comparará os princípios fundamentais das teorias econômicas de Smith com as teorias apresentadas por Hume e Steuart em matéria de alinhamento ou divergência.

### **4.1 – Sobre Smith e Hume**

A partir da análise das opiniões e das ideias de Hume e Smith é perceptível que possuíam várias semelhanças em suas teorias econômicas, embora houvesse algumas diferenças sutis. Essas semelhanças giram em torno de suas perspectivas sobre os mecanismos de mercado, o papel do interesse privado e a importância da observação empírica. Em primeiro lugar, tanto Hume quanto Smith reconheceram o poder dos mecanismos de mercado para promover o crescimento econômico e a prosperidade. Ambos acreditavam que a troca voluntária e o livre comércio poderiam levar a uma maior especialização, eficiência e maximização da riqueza. Hume, em sua obra “Do Comércio”, enfatizou os benefícios do comércio internacional e defendeu a remoção das barreiras ao comércio, reconhecendo que isso promovia o desenvolvimento econômico. Da mesma forma, Smith, em *A Riqueza das Nações*, expôs as virtudes do sistema de mercado, enfatizando sua capacidade de coordenar os interesses individuais e gerar riqueza social geral (SMITH, 1994; HUME, 1777).

Em segundo lugar, ambos, Hume e Smith, reconheceram o papel do interesse próprio como uma força motriz nas transações econômicas. Hume propõe que o interesse próprio é o único motivo da ação humana, o que enfatiza o fato de que os indivíduos buscam maximizar seu próprio bem-estar e prosperidade. O próprio Smith também reconheceu a função do interesse individual, mas acrescentou que a busca do interesse individual em um mercado competitivo pode ter consequências positivas não intencionais para a sociedade como um todo. A noção de “mão invisível” de Smith sugere que os indivíduos, ao buscarem seu próprio

interesse, contribuem inconscientemente para o bem social maior por meio dos mecanismos naturais do mercado (SMITH, 1994; HUME, 1777).

Adicionalmente, os autores salientaram a importância da observação empírica e do raciocínio baseado em evidências na análise econômica. Hume defendia o levantamento de dados históricos, observações de mercado e o estudo do comportamento humano para entender os fenômenos econômicos. Já Smith também se baseou muito em observações empíricas e estudos de caso para fundamentar suas teorias econômicas. Tanto um quanto o outro rejeitaram teorias abstratas e especulativas em favor de uma compreensão mais fundamentada e prática da economia (SMITH, 1994; HUME, 1777).

A despeito dessas semelhanças, há importantes diferenças entre as teorias econômicas de Hume e Smith. Uma das principais diferenças está em suas opiniões sobre o papel do interesse próprio e seu impacto no comportamento econômico. Em seu TNH, Hume enfatizou o papel central do interesse próprio como a força motriz por trás da ação humana. Ele argumentou que os indivíduos são motivados principalmente por seus próprios interesses e desejos. Hume cria que o comportamento econômico é motivado pelo interesse próprio e pela busca da satisfação pessoal, e que esse interesse próprio pode levar à cooperação social e ao progresso econômico (SMITH, 1994; HUME, 1777).

Por outro lado, Adam Smith, em *A Riqueza das Nações*, também reconheceu a importância do interesse próprio, mas foi além da perspectiva de Hume. Ele introduziu o conceito da mão invisível, que sugere que os indivíduos que buscam seu próprio interesse em um mercado competitivo podem, inadvertidamente, contribuir para o bem-estar geral da sociedade. Para Smith, por meio do mecanismo da mão invisível, apresentado uma única vez durante toda a obra – que não pode, portanto, ser resumida a tal conceito – o interesse próprio e a concorrência levam à alocação eficiente de recursos, à promoção do crescimento econômico e à maximização do bem-estar social (SMITH, 1994; HUME, 1777).

Outra diferença entre Hume e Smith está em suas opiniões sobre a fonte do valor econômico. Hume se concentrou na teoria subjetiva do valor, argumentando que o valor de um bem ou serviço é determinado pelos julgamentos subjetivos e pelas preferências dos indivíduos. Ele enfatizou o papel da utilidade e das percepções individuais na determinação do valor. Hume acreditava que o valor era o resultado da interação entre oferta e demanda, e que o mercado era o mecanismo pelo qual o valor era determinado (SMITH, 1994; HUME, 1777).

Em contrapartida, Smith apresentou uma visão mais sutil do valor em *A Riqueza das Nações*. Embora reconhecesse a função do valor subjetivo, Smith também trouxe para o debate o

conceito de trabalho como fonte de valor. Ele argumentou que a quantidade de trabalho necessária para produzir um bem ou serviço determinava seu valor. Smith reconheceu que o valor de um bem poderia ser influenciado por fatores como escassez, utilidade e condições de mercado, mas sustentou que o trabalho era o determinante fundamental do valor (SMITH, 1994; HUME, 1777).

Hume e Smith também divergiam em suas opiniões sobre o papel do governo nos assuntos econômicos. Hume era mais cético quanto à capacidade do governo de intervir efetivamente em questões econômicas. Ele acreditava que a intervenção do governo muitas vezes levava a consequências não intencionais e poderia atrapalhar o funcionamento natural do mercado. Hume defendia uma intervenção mínima do governo e enfatizava a importância dos mercados livres e da concorrência (SMITH, 1994; HUME, 1777). Smith, embora também apoiasse os mercados livres e a intervenção limitada do governo, reconhecia certas funções do governo nos assuntos econômicos. Ele argumentou que o governo tem um papel legítimo no fornecimento de bens públicos, na execução de contratos e na manutenção de uma estrutura legal que apoie a atividade econômica. Smith reconheceu que há áreas em que os mercados podem não funcionar de forma ideal e, nesses casos, a intervenção do governo pode ser necessária para corrigir as falhas do mercado e garantir o bem-estar social (SMITH, 1994; HUME, 1777).

Em resumo, as teorias econômicas de Hume e Smith diferem em suas visões sobre o interesse próprio, a fonte do valor econômico e o papel do governo nos assuntos econômicos. O foco de Hume estava mais voltado para o papel do governo e das instituições nos assuntos econômicos, reconhecendo a necessidade de regulamentação prudente e intervenção estatal em determinados casos. Smith, por outro lado, enfatizou a importância dos mercados livres e da intervenção limitada do governo, favorecendo a abordagem do *laissez-faire*. Embora ambos os pensadores tenham feito contribuições significativas para o pensamento econômico, as ideias de Smith sobre a mão invisível, o papel do trabalho na determinação do valor e o possível papel da intervenção governamental distinguem sua teoria econômica da de Hume.

#### **4.2 – Sobre Smith e Steuart**

Por fim, para completar a discussão sobre o Triângulo Escocês, aberta no capítulo 2 deve-se comparar as teorias steuartiana e a smithiana em termos econômicos, em especial suas diferenças.

Uma diferença importante está em suas opiniões sobre o papel do Estado nos assuntos econômicos. Steuart acreditava em uma abordagem mais intervencionista, defendendo o controle estatal e a regulamentação do comércio. Em “Uma Investigação sobre os Princípios da Economia Política”, Steuart defendeu políticas protecionistas para proteger as indústrias nacionais da concorrência estrangeira e garantir a estabilidade econômica. Ele acreditava que o Estado deveria administrar ativamente os assuntos econômicos e direcionar recursos para o desenvolvimento de setores específicos. Steuart via o Estado como um agente central na promoção do crescimento econômico e na manutenção da ordem social (STEUART, 1767).

Em contrapartida, Smith, ainda que reconhecesse um papel para o Estado, tinha uma visão mais *laissez-faire* do papel do governo do que Steuart. Como mencionado na comparação com Hume, ele rechaçava medidas protecionistas, favorecendo o livre comércio como meio de aumentar a produtividade e expandir a riqueza das nações (SMITH, 1994).

Além disso, as abordagens de Steuart e Smith sobre a operação do mercado eram distintas. Steuart concentrou-se no conceito de “circulação”, enfatizando o papel do dinheiro e seu impacto sobre a atividade econômica. Examinou o fluxo de dinheiro em diferentes setores da economia e analisou seus efeitos sobre o emprego, os preços e o desempenho econômico geral. Steuart via a moeda como fator crítico para a estabilidade econômica e a regulamentação de sua circulação como aspecto crucial da gestão econômica (STEUART, 1767).

Smith, por outro lado, aprofundou-se nos mecanismos do mercado. Ele explorou a divisão do trabalho, a especialização e os benefícios da livre troca. Smith enfatizou o conceito de interesse próprio, argumentando que os indivíduos que buscam seu próprio interesse em um mercado competitivo contribuem inadvertidamente para o bem-estar da sociedade como um todo por meio do mecanismo da mão invisível. A análise de Smith concentrou-se em como as forças do mercado, e não a intervenção do governo, impulsionam o crescimento econômico, a eficiência e o bem-estar geral das nações (SMITH, 1994).

Em resumo, James Steuart e Adam Smith tinham visões opostas sobre o papel do governo e sobre a operação do mercado. Steuart defendia a intervenção do Estado, o protecionismo e a regulamentação, e via o Estado como um agente central nos assuntos econômicos. Smith, por outro lado, enfatizava os mercados livres, a intervenção mínima do governo e o mecanismo da mão invisível como os motores da prosperidade econômica.

Essas diferenças destacam a diversidade do pensamento econômico escocês no século XVIII e as diferentes abordagens adotadas por esses economistas influentes (SMITH, 1994; STEUART, 1767).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os pontos de vista de Adam Smith foram profundamente influenciados pelo Iluminismo Escocês, e há algumas semelhanças entre suas ideias e as de outros pensadores durante esse movimento intelectual, que começam com o empirismo e a observação presentes em suas obras, pois, como outros pensadores do Iluminismo Escocês, Smith enfatizou a importância da observação empírica e do raciocínio baseado em evidências. Ele acreditava que o conhecimento deveria ser derivado da observação sistemática e da análise dos fenômenos do mundo real. Essa abordagem empírica foi uma marca registrada do Iluminismo Escocês e o distinguiu das tradições filosóficas mais abstratas e especulativas.

Os iluministas escoceses, incluindo Smith, também enfatizaram bastante o papel da simpatia e dos sentimentos morais no comportamento humano. Eles acreditavam que os indivíduos são naturalmente inclinados a sentir e se conectar com as emoções dos outros, formando a base para julgamentos morais e a coesão social. A Teoria dos Sentimentos Morais, de Smith, explorou esses sentimentos morais em detalhes, conectando a ética às interações sociais.

Há também o ceticismo ao mercantilismo, uma vez que os pensadores do Iluminismo Escocês criticavam as políticas econômicas mercantilistas predominantes na Europa à época. Eles contestavam a ideia de que a riqueza de um país se baseava apenas no acúmulo de ouro e prata por meio de excedentes comerciais. Em vez disso, defendiam um sistema econômico mais aberto e orientado para o mercado, enfatizando os benefícios do livre comércio e da divisão do trabalho.

Os pensadores do Iluminismo Escocês geralmente viam uma ordem e uma harmonia naturais no mundo, o que também se reflete na ideia de Smith sobre os benefícios do interesse próprio em “A Riqueza das Nações”. Ele argumentou que, em um mercado livre, o interesse próprio individual, guiado por preços e concorrência, levaria involuntariamente a resultados que beneficiariam a sociedade como um todo.

Além disso, Smith e outros pensadores do Iluminismo Escocês se concentraram na compreensão da natureza humana e da sociedade por meio da observação e do raciocínio. Eles acreditavam que o comportamento humano poderia ser estudado sistematicamente e que a sociedade poderia ser melhorada por meio de análises e políticas racionais. Aliado a isso, há também sua crença no progresso, já que o ambiente dos literati era caracterizado por uma crença otimista no progresso humano e no poder da razão para melhorar a sociedade. Smith

também acreditava que as sociedades poderiam progredir e melhorar por meio da busca do conhecimento, da educação e da aplicação da razão às questões sociais e econômicas. E, por fim, especial ênfase era dada ao valor dos direitos individuais e da liberdade, pois criticavam a monarquia absoluta e defendiam a interferência limitada do governo, enfatizando a importância das liberdades individuais na promoção do desenvolvimento econômico e social. Em suma, portanto, os pontos de vista de Adam Smith se alinham estreitamente com os temas e ideias mais amplos do Iluminismo Escocês.

A Teoria dos Sentimentos Morais busca explicar como os julgamentos morais são feitos e como os indivíduos formam laços sociais. Ela argumenta que os indivíduos são guiados por um sentimento de simpatia pelos outros e que os julgamentos morais se baseiam em nossa capacidade de nos colocarmos no lugar de outra pessoa. De acordo com Smith, os sentimentos morais não são inatos, mas aprendidos por meio da socialização e do condicionamento cultural. Ele também argumenta que a sociedade é mantida unida por um senso moral compartilhado e que os indivíduos têm o dever de agir de forma a promover o bem comum. A Riqueza das Nações é um trabalho primordial em economia, que delineia os princípios da economia de mercado. Nessa obra, Smith argumenta que o mercado, deixado por sua própria conta, alocará recursos de forma eficiente e produzirá a maior riqueza possível para a sociedade como um todo. Ele argumenta que a mão invisível do mercado, guiada pelo interesse próprio, levará à alocação ideal de recursos e à maior prosperidade possível.

Apesar das diferenças de assunto, há várias ligações importantes entre A Teoria dos Sentimentos Morais e A Riqueza das Nações. Primeiro, ambas as obras enfatizam a importância da escolha individual na formação da sociedade. Os dois trabalhos enfatizam a importância da escolha individual na formação da sociedade. Na primeira, Smith argumenta que os sentimentos morais individuais formam a base da interação e da coesão social, enquanto na segunda ele argumenta que as decisões econômicas individuais formam a base da economia de mercado. Em segundo lugar, ambas as obras compartilham uma visão comum da natureza humana. Smith acreditava que os indivíduos são motivados pelo interesse próprio, mas que também têm um senso de compaixão pelos outros. Na primeira obra, ele argumenta que essa compaixão é a base do julgamento moral, enquanto na segunda ele argumenta que o interesse próprio é a força motriz por trás da tomada de decisões econômicas. Por fim, ambas as obras enfatizam a importância das instituições sociais na formação do comportamento individual. Em A Teoria dos Sentimentos Morais, Smith argumenta que os sentimentos morais são aprendidos por meio da socialização e do condicionamento cultural, enquanto em A Riqueza



das Nações ele argumenta que instituições como os direitos de propriedade e o estado de direito são essenciais para o funcionamento da economia de mercado.

Em resumo, embora as obras tratem de questões diferentes, elas estão intimamente relacionados e podem ser vistos como complementares. Ambas as obras enfatizam a importância da escolha individual, compartilham uma visão comum da natureza humana e enfatizam a importância das instituições sociais na formação do comportamento individual.

As obras de David Hume e James Steuart tiveram uma profunda influência no desenvolvimento intelectual de Adam Smith, tanto na filosofia moral quanto no pensamento econômico. Hume, amigo íntimo e mentor de Smith, desempenhou um papel crucial na formação do pensamento de Smith, especialmente na área de sentimentos morais. O trabalho de Hume sobre filosofia moral, especialmente seu livro *Um Tratado sobre a Natureza Humana*, estabeleceu as bases para a exploração dos sentimentos morais pelo próprio Smith. Hume argumentou que os julgamentos morais são baseados na emoção e não apenas na razão. Ele propôs que os valores morais surgem de uma tendência humana natural de simpatizar com os outros, e que nossos julgamentos morais são guiados por emoções como simpatia, empatia e compaixão. A ênfase de Hume no papel das emoções no julgamento moral influenciou muito o trabalho de Smith sobre a teoria moral. “A Teoria dos Sentimentos Morais” de Smith pode ser vista como uma continuação e elaboração das ideias de Hume. Smith expandiu o conceito de simpatia de Hume e explorou os mecanismos pelos quais os indivíduos adotam a perspectiva dos outros e formam julgamentos morais. Ele argumentou que nossos sentimentos morais são moldados por nossa capacidade de imaginar as perspectivas dos outros e de julgar sua aprovação ou desaprovação. Smith enfatizou a importância das interações sociais e o papel dos sentimentos morais na manutenção da ordem e da harmonia social. Embora Smith tenha desenvolvido suas próprias ideias exclusivas sobre filosofia moral, seu trabalho foi indubitavelmente influenciado pelas bases estabelecidas por Hume.

Em termos de pensamento econômico, tanto Hume quanto Steuart tiveram um impacto notável sobre as ideias de Smith. O ceticismo de Hume em relação às políticas econômicas mercantilistas e seu apoio ao livre comércio influenciaram muito o pensamento de Smith sobre o comércio internacional. Hume argumentou contra as medidas protecionistas e a favor dos benefícios dos mercados abertos e da especialização internacional. Suas ideias sobre o livre comércio estão estreitamente alinhadas com as opiniões de Smith expressas em *A Riqueza das Nações*, em que Smith enfatizou os benefícios do livre comércio para o crescimento econômico e a expansão da riqueza. James Steuart, por outro lado, forneceu a Smith uma perspectiva

contrastante sobre a teoria econômica. O trabalho de Steuart propôs uma abordagem mais intervencionista para a política econômica. Steuart defendia o controle e a regulamentação do comércio pelo governo e apoiava medidas protecionistas para proteger as indústrias nacionais. Embora Smith discordasse de muitas das prescrições políticas específicas de Steuart, a obra de Steuart influenciou o pensamento de Smith, fornecendo pontos de vista alternativos e estimulando suas próprias ideias sobre a teoria econômica.

Smith estudou e respondeu às ideias de Hume e Steuart, incorporando elementos de ambos em seu próprio trabalho. Embora a influência de Hume seja mais evidente na filosofia moral de Smith, o trabalho de Steuart influenciou a compreensão de Smith sobre as teorias econômicas e as implicações políticas. Smith se envolveu criticamente com os argumentos de Hume e Steuart, refinando e ampliando suas ideias para desenvolver sua estrutura abrangente de pensamento econômico.

Em resumo, as ideias de Hume sobre sentimentos morais e seu ceticismo em relação às políticas mercantilistas, juntamente com a abordagem intervencionista de Steuart em relação à política econômica, moldaram e influenciaram o trabalho de Adam Smith. A ênfase de Hume nos sentimentos morais e sua exploração da simpatia lançaram as bases para a filosofia moral de Smith.

Enquanto isso, as visões contrastantes de Steuart sobre teoria e política econômica estimularam o pensamento de Smith e o levaram a desenvolver suas próprias ideias sobre o papel do Estado, o funcionamento dos mercados e os benefícios do livre comércio. A interação entre as ideias de Hume e Steuart, assimiladas e sintetizadas por Smith, ajudou a moldar as contribuições únicas e influentes de Smith para a filosofia moral e a economia. Ao examinar suas ideias em relação umas às outras, pretendeu-se esclarecer alguns dos principais debates e percepções que continuam a influenciar o pensamento econômico atual.

Por fim, as similaridades entre a epistemologia neoclássica e a de Smith são limitadas a alguns nexos econômicos, a começar pela noção de individualismo metodológico, pois tanto Smith quanto os economistas neoclássicos enfatizam a importância de entender os fenômenos econômicos por meio das ações e decisões de agentes individuais. Eles acreditam que o comportamento dos indivíduos, como consumidores e produtores, determina coletivamente os resultados do mercado. Assim, o uso da racionalidade e do interesse próprio torna-se chave, pois Smith e os economistas neoclássicos entendem os indivíduos como tomadores de decisão racionais que buscam maximizar seu interesse próprio ou utilidade. Ambos acreditam que as pessoas pesam custos e benefícios ao fazer escolhas em suas atividades econômicas.

A escola neoclássica, com base nas ideias de Smith, depende muito da lei da oferta e da demanda para explicar a determinação de preços nos mercados. O conceito de “mão invisível” de Smith, que sugere que as ações de interesse próprio em mercados livres levam a um benefício geral para a sociedade, é frequentemente associado à eficiência do equilíbrio entre a oferta e a demanda na economia neoclássica. Por fim, a ideia de mercado livre relaciona-se com o papel mínimo do governo, pois Smith e os economistas neoclássicos defendem os mercados livres e a intervenção limitada do governo, acreditando que os mercados livres, com interferência mínima, alocam recursos de forma eficiente e levam a resultados ideais.

Existem, ademais, algumas discrepâncias que afastam a abordagem neoclássica das proposições de Smith. A primeira é a Teoria do Valor do Trabalho, pois a economia clássica de Smith incluía a teoria do valor do trabalho, que sugeria que o valor de um bem ou serviço é determinado pela quantidade de trabalho necessária para produzi-lo. A economia neoclássica, por outro lado, rejeita essa noção e se concentra em uma teoria subjetiva do valor, afirmando que o valor de um bem é determinado por sua utilidade para o consumidor. Outra discrepância diz respeito ao caráter marginalista da economia neoclássica, que introduziu o conceito de utilidade marginal na análise econômica, enfatizando que os indivíduos tomam decisões com base nos benefícios e custos incrementais de suas ações. A partir de então, a abordagem marginalista desvia-se da ênfase clássica de Smith na utilidade total derivada de bens e serviços. Finalmente, a Teoria do Equilíbrio Geral: A economia neoclássica desenvolveu o conceito de equilíbrio geral, que examina as interações de vários mercados simultaneamente. O trabalho de Smith, embora tenha estabelecido as bases para a compreensão dos mecanismos de mercado, não se aprofundou no estudo formal do equilíbrio geral.

Mais importante, contudo, é o reconhecimento de que existem discrepâncias filosóficas/epistemológicas entre Smith e a escola neoclássica, começando com a filosofia moral do pensamento econômico de Adam Smith, profundamente enraizada na filosofia moral. Em *A Teoria dos Sentimentos Morais*, ele explorou o papel da simpatia e dos sentimentos morais na formação do comportamento e dos julgamentos humanos. Smith acreditava que os indivíduos são guiados não apenas pelo interesse próprio, mas também por um senso de compaixão pelos outros. Esse aspecto moral influenciou suas opiniões sobre questões econômicas e a ideia do benefício do interesse próprio e suas consequências benéficas não intencionais para a sociedade, em que o interesse próprio individual poderia levar ao bem-estar coletivo. Daí o uso como metonímia da “mão invisível”.

Em contraste, a escola neoclássica enfatiza a economia positiva, que procura descrever e explicar o comportamento econômico sem (pretensamente) fazer julgamentos normativos. Os economistas neoclássicos se concentram no estudo das escolhas individuais e em como elas contribuem para os resultados do mercado, geralmente presumindo que os indivíduos são maximizadores racionais de utilidade sem se aprofundar em suas motivações morais subjacentes. Essa distinção epistemológica entre o pensamento de Smith e dos neoclássicos é fundamental para endossar o fato que, ainda que por vezes o neoclássico tenha buscado celebrar Smith como o patriarca da noção de liberalismo presente nos escritos neoclássicos, tal literatura tomou um rumo que a torna irreconciliável à construção teórica smithiana: a tentativa de desprover o raciocínio econômico de quaisquer elementos morais.

Há também muitas diferenças metodológicas, pois a abordagem filosófica de Smith à economia é mais qualitativa e descritiva, enfatizando a compreensão do comportamento humano por meio da observação e do raciocínio moral. Ele explorou os fenômenos econômicos no contexto da natureza humana e da sociedade. A economia neoclássica, por outro lado, adotou uma abordagem mais quantitativa e matemática, como forma de esterilizar o debate, buscando derivar princípios gerais de modelos matemáticos e análises formais, transformando, ou pelo menos tentando transformar, a economia em um campo repleto de tecnologia e estéril em suas raízes filosóficas.

De modo geral, embora as ideias de Adam Smith tenham influenciado significativamente a economia neoclássica, a escola neoclássica expandiu seu trabalho, incorporando novos conceitos e metodologias que vieram depois de Smith e aprimoraram sua própria visão da economia.

## REFERÊNCIAS

BEVILACQUA, V. “Baconian Influences in the Development of Scottish Rhetorical Theory.” **American Philosophical Society**, v. 111, n. 4, pp. 212–218, 1967.

BLAUG, M. “On the Historiography of Economics.” **Journal of the History of Economic Thought**, v. 12, n. 1, pp. 27–37, 1990.

BROADIE, A. “Sympathy and the Impartial Spectator.” In: HAAKONSSSEN, K. (Ed.). **The Cambridge Companion to Adam Smith**. New York: Cambridge University Press, 2006.

CAMPBELL, R. “The Anglo-Scottish Union of 1707: the Economic Consequences.” **The Economic History Review**, v. 16, n. 3, pp. 468–477, 1964.

CERQUEIRA, H. “Adam Smith e seu Contexto: o Iluminismo Escocês.” **Economia e Sociedade**, v. 15, n. 1, pp. 1–28, 2006.

CUNNINGHAM, W. “The Progress of Economic Doctrine in England in the Eighteenth Century.” **The Economic Journal**, v. 1, n. 1, pp. 73–94, 1891.

DODGSHON, R. **From Chiefs to Landlords: Social and Economic Change in the Western Highlands and Islands, c.1493-1820**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1998.

DOW, S. “Scottish Enlightenment, Historical Epistemology, and Modern Challenges for Economic Thought.” **Revue de Philosophie Économique**, v. 22, n. 2021/1, pp. 17–38, 2021.

DURIE, A. “Imitation in Scottish Eighteenth-Century Textiles: The Drive to Establish the Manufacture of Osnaburg Linen.” **Journal of Design History**, v. 6, n. 2, pp. 71–76, 1993.

HAAKONSSSEN, **The Cambridge companion to Adam Smith**, Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

HUME, D. **Essays Moral, Political, Literary (LF ed.)**. Liberty Fund, 1777.

HUTCHESON, F. **An Inquiry into the Original of Our Ideas of Beauty and Virtue**. Liberty Fund, Inc., 2004.

ISRAEL, J. **Democratic Enlightenment: Philosophy, Revolution, and Human Rights, 1750-1790**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

KARAYIANNIS, A. “Sir James Steuart on the Managed Market.” In: REISMAN, D. (Org.). **Economic Thought and Political Theory**. Amsterdam: Springer Netherlands, 1994.

KELLER, K. “Saxony: *Rétablissement* and Enlightened Absolutism.” **German History**, v. 20, n. 3, pp. 309–331, 2002.

MACKIE, J.; LENMAN, B.; PARKER, G. **A history of Scotland**. G.B.: Penguin, 1991.

MITCHISON, R. **History of Scotland**. Londres: Routledge, 2015.

NATIONAL LIBRARY OF SCOTLAND, **Extract from the Select Society question book**, digital.nls.uk, disponível em: <<https://digital.nls.uk/learning/scottish-enlightenment/source/extract-from-the-select-society-question-book/>>. Acesso em: 28 abr. 2023.,

NATIONAL LIBRARY OF SCOTLAND, **List of members of the Select Society**, digital.nls.uk, disponível em: <<https://digital.nls.uk/learning/scottish-enlightenment/source/list-of-members-of-the-select-society/>>. Acesso em: 28 abr. 2023.

OMORI, I. “The ‘Scottish Triangle’ in the Shaping of Political Economy: David Hume, Sir James Steuart, and Adam Smith. In: SAKAMOTO, T.; TANAKA, H. (Eds.). **The Rise of Political Economy in the Scottish Enlightenment**. Londres: Routledge, 2003.

PAGANELLI, M. “Recent Engagements with Adam Smith and the Scottish Enlightenment.” **History of Political Economy**, v. 47, n. 3, pp. 363–394, 2015.

SAINE, T. **The Problem of Being Modern, or the German Pursuit of Enlightenment from Leibniz to the French Revolution**. Detroit: Wayne State University Press, 1997.

SAUTER, M. “The Enlightenment on Trial: State Service and Social Discipline in Eighteenth-Century Germany’s Public Sphere.” **Modern Intellectual History**, v. 5, n. 2, pp. 195–223, 2008.

SMITH, A. **The Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith: the Correspondence of Adam Smith**. Oxford: Clarendon Press, 1976.

SMITH, Adam. **The Theory of Moral Sentiments**. [s.l.]: Liberty Fund, 1982.

SMITH, A. **An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations**. New York: The Modern Library, 1994.

SMOUT, T. “The Anglo-Scottish Union of 1707: The Economic Background.” **The Economic History Review, New Series**, v. 16, n. 3, pp. 455–467, 1964.

STEUART, J. **An Inquiry into the Principles of Political Oeconomy (Vol. 1 of 2)**. Londres: Routledge-Thoemmes Press, 1992.

SUTCLIFFE, A. “Hume, History, and the Uses of Sympathy.” **History and Theory**, v. 62, n. 1, 2023.

TANAKA, S. “The Main Themes and Structure of Moral Philosophy and the Formation of Political Economy in Adam Smith.” In: SAKAMOTO, T.; TANAKA, H. (Eds.). **The Rise of Political Economy in the Scottish Enlightenment**. Londres: Routledge, 2003.

TOCQUEVILLE, A. **How, Toward the Middle of the Eighteenth Century, Men of Letters Became the Country’s Leading Politicians, and the Effects That Followed from This**. Cambridge: Cambridge University Press, 1850.

VAN DULMEN, R.; WILLIAMS, A. (Eds.). **The Society of the Enlightenment: The Rise of the Middle Class and Enlightenment Culture in Germany**. Cambridge: Polity Press, 1992.

WALLACE, R. "Robert Wallace on Population and Utopian Government." **Population and Development Review**, v. 27, n. 1, pp. 173–178, 2001.

WATANABE, K. "Adam Smith's Politics of Taxation: Reconsideration of the Image of 'Civilized Society' in the Wealth of Nations. In: SAKAMOTO, T.; TANAKA, H. (Eds.). **The Rise of Political Economy in the Scottish Enlightenment**. Londres: Routledge, 2003.